

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA,
POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS

MARINA DE MELLO FONTANELLI

A RODOVIA E OS CAIÇARAS: A CONSTRUÇÃO DA RIO-SANTOS E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA AS COMUNIDADES LOCAIS EM UBATUBA (SP)

RIO DE JANEIRO

2019

MARINA DE MELLO FONTANELLI

A RODOVIA E OS CAIÇARAS: A CONSTRUÇÃO DA RIO-SANTOS E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA AS COMUNIDADES LOCAIS EM UBATUBA (SP)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de
Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do
Brasil – CPDOC como requisito para a obtenção do grau
de Mestre em História, Política e Bens Culturais.
Professor orientador acadêmico: Prof. Dr. João Marcelo
Ehlert Maia

RIO DE JANEIRO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Fontanelli, Marina de Mello

A rodovia e os caiçaras : a construção da Rio-Santos e suas consequências para as comunidades locais em Ubatuba (SP) / Marina de Mello Fontanelli. – 2019.

86 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: João Marcelo Ehlert Maia.

Inclui bibliografia.

1. Geografia humana – Ubatuba (SP). 2. Homem – Efeito do meio ambiente – Ubatuba (SP). 3. Natureza – Influência do homem – Ubatuba (SP). 4. Rodovia Rio-Santos (RJ e SP). I. Maia, João Marcelo Ehlert. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 911.8161

Elaborada por Márcia Nunes Bacha – CRB-7/4403

MARINA DE MELLO FONTANELLI

**“A RODOVIA E OS CAIÇARAS: A CONSTRUÇÃO DA RIO-SANTOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS
COMUNIDADES LOCAIS EM UBATUBA”.**

dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado em História, Política e Bens Culturais do(a) Centro de
Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre(a) em
História, Política e Bens Culturais.

Data da defesa: 13/12/2019

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Presidente da Comissão Examinadora: Prof^o JOÃO MARCELO EHLERT MAIA


JOÃO MARCELO EHLERT MAIA
Orientador(a)


SÍLVIA MONNERAT BARBOSA
Membro Interno


NATÁLIA MORAIS GASPAR
Membro Externo

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial*, o Presidente da Comissão Examinadora
assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

Quem me ensinou a nadar

Quem me ensinou a nadar

Foi, foi marinheiro

Foi os peixinhos do mar

Foi, foi, foi marinheiro

Foi os peixinhos do mar.

(Peixinhos do mar – cantiga popular)

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a ajuda de muitas pessoas que me apoiaram pelo caminho às quais quero agradecer de coração. Agradeço à minha mãe, Teresa Cristina de Mello Fontanelli, pelo apoio às minhas novas empreitadas, ainda que um tanto improváveis. À minha irmã, Mariane de Mello Fontanelli, pelo apoio e suporte. À Van, Vanessa Cancian Silva, amiga querida que me acolheu em Ubatuba e compartilhou comigo os diversos mundos e amigos que cultiva. Ao Mário Gato pelo apoio desde o início deste trabalho. Agradeço ao professor Bruno Leal que me indicou o CPDOC de acordo com meus anseios interdisciplinares de pesquisa. Aos moradores da casinha do amor: Camila Rosa e Henrique Monnerat que compartilharam comigo as vitórias e angústias da fase inicial do mestrado. Aos colegas de classe André Botelho e Raphael Rajão que deixaram o percurso e as tarefas acadêmicas um pouco mais leve. À revisão atenta e cuidadosa de Regiane Matos que, nos minutos finais, deixou esta dissertação mais bonita e organizada. Agradeço a cada entrevistado que, apesar do meu nervosismo e inexperiência, souberam me acolher e compartilhar comigo suas histórias de vida. Agradeço ao João Ehlert Maia por me ajudar a colocar em prática essa pesquisa e ao Paulo Fontes por ter apostado no projeto inicial dela. Agradeço ao meu pai, Francisco Carlos Fontanelli, pela referência da essência caipira e da simplicidade da vida. Aos amigos de Niterói: Marina Luar, Adalgisa Marques, Aline Andrade, Ana Paula Soares, Angela Fonseca, Ubiratan Ávila e Tércio Nascimento. E a todos que torceram por mim e me incentivaram, de algum modo, a continuar com a pesquisa e a concluir o mestrado.

RESUMO

FONTANELLI, Marina de Mello. A rodovia e os caiçaras: a construção da Rio-Santos e suas consequências para as comunidades locais em Ubatuba (SP). 2019. 85f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

Resumo: Esta pesquisa busca compreender as consequências da construção Rio-Santos para as comunidades caiçaras da cidade de Ubatuba (SP). São descritos, através de entrevistas, alguns elementos do *modo de vida de caiçara*, que era vivenciado no *tempo de antigamente* de maneira mais natural e com menos opressões se comparado com o tempo de depois da estrada. Insere-se a Rio-Santos em um projeto mais amplo de modernização conservadora, implantado pelo regime militar. São abordados, ainda, os conflitos das comunidades caiçaras com a especulação imobiliária, a influência cultural da sociedade urbana ocidental e com a legislação ambiental. Por fim, é traçado um panorama da resistência caiçara em Ubatuba das últimas décadas do século XX aos dias atuais, abordando os avanços na legislação de proteção às comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Rio-Santos; caiçaras; ditadura militar; populações tradicionais.

ABSTRACT

FONTANELLI, Marina de Mello. 2009. 85f. *The highway and the caíçaras: the construction of Rio-Santos and its consequences for local communities in Ubatuba (SP)*. Dissertation – Center for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil, Getúlio Vargas Foundation, Rio de Janeiro, 2019.

Abstract: This research aims to understand the consequences of Rio-Santos construction for the caíçaras communities of the city of Ubatuba (SP). Through interviews, are described some elements of the caíçara way of life, which was experienced in the old days more naturally and with less oppression if it is compared to the time after the road. It is considered that the Rio-Santos is part of a broader conservative modernization project implemented by the military regime. Moreover, are addressed the conflicts of the caíçaras communities with real estate speculation, cultural influence of western urban society and environmental legislation. Finally, is presented an overview of the caíçara resistance in Ubatuba from the last decades of the twentieth century to the present day, addressing the advances in the legislation to protect traditional communities.

Keywords: Rio-Santos; *caíçaras*; brazilian military dictatorship; traditional populations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Antônia segura o quadro pintado em homenagem à sua família	27
Figura 2 - Bandeira do divino feita por Antônia	28
Figura 3 e Figura 4 - Mário Andreazza no aeroporto de Ubatuba, em visita às obras da Rio-Santos.....	50
Figura 5 - Trecho em fase de pavimentação para a construção da rodovia.....	50
Figura 6 - Plano de Programa 3 do Projeto Turis.....	53
Figura 7 - Municípios de São Paulo decretados como áreas prioritárias para Reforma Agrária	56
Figura 8 - Capa do Jornal Eco Ubatubense com a manchete sobre o fim da SUDELPA. (Orestes Quércia à esquerda e Euclides Luiz Vigneron, diretor regional da SUDELPA, à direita.).....	64
Figura 9 - Trindadeiros encarando o oficial de justiça no dia do despejo.....	67
Figura 10 - Caiçara carregando seus pertences após despejo.....	68
Figura 11 - Família de caiçaras morando em caverna, após despejo	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Adela-Brascan – Agencia para el Desarrollo Latino Americano Brazilian Canadian Corp.

AMOT – Associação dos Moradores de Trindade

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BN – Biblioteca Nacional

CEDIC – Centro de Documentação e Informação Científica

CNPCT – Conselho Nacional de Povos e Comunidades e Tradicionais

CNTur – Conselho Nacional de Turismo

DER-SP – Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

EEJI – Estação Ecológica Juréia-Itatins

Embratur – Empresa Brasileira de Turismo

ESG – Escola Superior de Guerra

FCT – Fórum das Comunidades Tradicionais

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não-Governamental

OTSS – Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina

PESM – Parque Estadual da Serra do Mar

PIN – Programa de Integração Nacional

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PNPS – Política Nacional de Participação Social

PNSB – Parque Nacional da Serra da Bocaina

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SDLB – Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro

SNPS – Sistema Nacional de Participação Social

SUDELPA – Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista

TDT – Companhia Trindade Desenvolvimento Territorial

TEBAR – Terminal Marítimo Almirante Barroso da Petrobrás

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

Introdução	12
Quadro teórico.....	14
Fontes.....	16
Breve histórico da cidade de Ubatuba (SP)	19
Quem são as famílias caiçaras?	22
Capítulo 1 - O tempo de antigamente e a chegada da Rio-Santos	25
1.1. As festas	26
1.2. Falares caiçaras	31
1.3. A roça caiçara.....	32
1.4. A pesca e a coleta de animais costeiros	34
1.5. A caça.....	38
1.6. O artesanato caiçara.....	38
1.7. O período de construção da Rio-Santos.....	40
1.8. Os conflitos de terras gerados pela chegada da estrada.....	42
Capítulo 2 - Rio-Santos: uma parcela da Modernização Conservadora	46
2.1. A Política Nacional dos Transportes	48
2.2. A estrada do turismo.....	51
2.3. As tentativas de controle das terras por parte do Estado	55
2.4. Os conflitos com o “meio ambiente”	59
Capítulo 3 - A resistência caiçara e os avanços na legislação	62
3.1. As organizações dos anos 1970 e 1980	63
3.2. Anos 2000: Direitos, meio ambiente e identidade caiçara	70
3.3. As organizações do século XXI.....	74
3.4. O panorama atual	76
Considerações finais	79
Referências bibliográficas	81

Introdução

Quando criança ia à Ubatuba, na Praia das Toninhas, passar o final de ano com a família. Nessa época Ubatuba, no meu olhar de criança, era apenas sol, areia, mar e as comidas dos ambulantes. Posteriormente, já na faculdade, tive uma turma de amigos que surfavam e se mudaram para Ubatuba e, ao frequentar a cidade, comecei a perceber como os ventos, as correntes e as ondulações das praias de Ubatuba poderiam ser aspectos muito valorizados por um grupo de pessoas. E foi então que, em 2015, uma grande amiga foi morar em Ubatuba para trabalhar no órgão de cultura local. Em 2015, também decidi morar por um tempo em Ubatuba, pois estava em um momento de transição do Jornalismo para a História, tinha pedido demissão e queria passar um tempo afastada de São Paulo. Morei poucos meses em Ubatuba, o suficiente para conhecer um pouco do mundo de culturas que essa cidade esconde aos olhos dos circuitos comerciais de turismo.

Em um almoço no centro da cidade, conheci Mário Gato. Mário é um caiçara, como ele mesmo se reconhece, da praia de Ubatumirim, e é uma referência sobre a cultura caiçara e também é uma liderança política. Caminhando com ele por alguns quarteirões até a orla, lembro de ouvir Mário me falar: “Marina, você não conheceu isso aqui como era antes, agora está muito diferente, antes era muito melhor”. À princípio, achei esse discurso saudosista, mas só depois de iniciar a pesquisa compreendi quantos processos históricos e violências se escondiam naquelas ruas e fachadas, reorganizadas para reforçar a função turística atribuída à cidade.

Essa minha trajetória de chegar três vezes à Ubatuba revela os meios principais pelos quais os turistas chegam: o lazer das belas praias e o surf. Essa imagem é reforçada pelo poder municipal, que elegeu como slogan da cidade “Ubatuba – capital do surf” e pelos pontos de ônibus da cidade, que são em formato de tubos de ondas. No entanto, esse turismo comercial camufla uma Ubatuba que contém dezenas de comunidades tradicionais: quatro quilombos, duas aldeias indígenas e dezenas de comunidades caiçaras. A maioria dos turistas de veraneio desconhece os elementos do *modo de vida caiçara*, por exemplo, o fandango, a canoa de um só pau, a pesca de cerco, a Festa do Divino, o café com cana de açúcar, o azul-marinho, entre outros.

Do contato com o universo caiçara, me sensibilizei com os outros tempos e costumes que a cultura caiçara vivencia. Em consonância com as minhas possibilidades dentro de um Mestrado Acadêmico na área de História, optei por recuperar a construção da Rio-Santos. Assim, são analisadas nesta pesquisa as intenções político-econômicas envolvidas nessa obra,

realizada dentro de um contexto de ditadura militar. O principal objeto deste trabalho não é a Rio-Santos, mas sim o *modo de vida caiçara*: pretende-se compreender como ele foi afetado pela chegada da estrada e pelos diversos desdobramentos que esse empreendimento trouxe.

O recorte temporal da pesquisa não tem uma data exata de início. Optei por usar a classificação “tempo de antigamente” para referir-se ao período que antecede à chegada da estrada. Na outra ponta do recorte, o trabalho busca acompanhar as comunidades caiçaras de Ubatuba até os dias atuais. Como matéria-prima para esta análise, foram realizadas entrevistas com comunitários, pensadas através da metodologia da História Oral, além de consultas a diversos arquivos.

O texto da dissertação está dividido em três capítulos. No Capítulo 1, “O tempo de antigamente e a chegada da Rio-Santos”, são descritos, através das narrativas capturadas nas entrevistas, alguns elementos do *modo de vida de caiçara*. Após a descrição, há sempre uma breve comparação do tempo de antigamente com os dias atuais. Ainda nesse capítulo, é abordada a chegada da estrada, as informações mais técnicas sobre a construção da rodovia, assim como as histórias de Manoel Moisés, o Neco, que trabalhou por 11 meses como funcionário da construtora Andrade Gutierrez, empresa responsável pelo trecho paulista da rodovia. No final, são relatadas as primeiras consequências da estrada para as famílias caiçaras, sobretudo, os problemas relacionados aos conflitos de terras.

O Capítulo 2 faz uma análise de como a Rio-Santos está inserida em um contexto mais amplo de um projeto de modernização conservadora implantado pelo regime militar. Há ainda explicações, através dos arquivos encontrados na Biblioteca Nacional, de como essa estrada está relacionada aos ideais do Projeto de Integração Nacional. Também nessa parte, é analisado o plano turístico elaborado para a região do litoral norte de São Paulo e sul-fluminense, o Projeto TURIS, que foi encontrado disponível para consulta na Biblioteca Nacional. Além disso, por meio de notícias de jornais da época, são descritas as tentativas de controle por parte do Estado sobre as terras que circundam a Rio-Santos. E, por fim, são abordados os conflitos entre as áreas de reserva ambiental e as populações locais, que, nesse embate, passam a ser reconhecidas e a se autorreconhecerem enquanto populações tradicionais.

O Capítulo 3, por fim, trata da resistência caiçara. Em um primeiro momento, traça um panorama de como ela se deu nas últimas décadas do século XX em Ubatuba e conta a história do movimento *Trindadeiros*, ícone da resistência caiçara na vila de Trindade em Paraty (RJ). Posteriormente, foram abordados os avanços na legislação de proteção às comunidades tradicionais e, mais adiante, foram elencadas as principais organizações que surgiram, já nos anos 2000, em defesa do território caiçara e da manutenção de seu *modo de vida*. Ao final,

recupera-se os elementos que se tornaram símbolos de uma identidade cultural caiçara e faz-se considerações sobre a situação atual das comunidades, que enfrentam um momento político adverso.

Quadro teórico

Para me aprofundar sobre o modo como eram negociadas e construídas as grandes obras dos governos militares utilizei como referência o livro de Pedro Henrique Pedreira Campos, *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988* (2014). Já sobre a construção da rodovia, recuperei o trabalho de Lita Chastan, *São Paulo – Litoral Norte* (1977), no qual ela aborda as características de cada cidade dessa região e suas instituições principais e, por fim, destina um capítulo para contar os novos planos com a chegada da Rio-Santos, já que é um livro publicado pouco tempo após à abertura da estrada.

Nesse contexto, sobre as discussões da implantação de um projeto de modernização conservadora, embasei-me no clássico *As origens sociais da ditadura e da democracia* (1983), de Barrington Moore Jr., e nos artigos de José Maurício Domingues, “A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil (2002)” e de Murilo José de Souza Pires e Pedro Ramos, “O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil” (2009).

Um trabalho-chave para a pesquisa foi *Turismo, ação empresarial e conflitos por terra no litoral sul fluminense*, escrito por Iby Montenegro Silva e publicado no livro *Ditadura, conflito e repressão no campo* (2018), organizado por Leonilde Servolo Medeiros. É um dos trabalhos que encontrei em que os temas e a abordagem mais se aproximam da minha pesquisa. Também com autoria de Iby Silva em parceria com Annagese Feitosa, o capítulo destinado aos conflitos do litoral sul-fluminense no *Relatório de Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* (2015), organização de Leonilde Medeiros, foi de grande valia para este estudo.

Seguindo no campo historiográfico, foi muito relevante a obra da historiadora Maria Luiza Marcílio, *Caiçara: terra e população - Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba* (1986). Marcílio realiza um profundo estudo, com métodos de demografia histórica, sobre os hábitos das populações caiçaras do município de Ubatuba nos séculos XVIII e XIX.

Outro livro substancial para o desenvolvimento da pesquisa foi *Genocídio Caiçara* (1984), da jornalista Priscila Siqueira que, por cobrir a região do litoral norte de São Paulo para

o *Jornal da Tarde* na década de 1970, acompanhou as expropriações das famílias que residiam ao longo da rodovia e reuniu essas narrativas nesse livro. Esse trabalho atingiu dimensões de uma grande referência e, atualmente, serve como embasamento teórico para as próprias comunidades caiçaras.

Para falar especificamente sobre o *modo de vida caiçara*, fiz uso de uma bibliografia mais relacionada à Antropologia. O trabalho de Paulo Fortes, “Falares caiçaras”, publicado no segundo volume da *Enciclopédia caiçara* (2005), foi crucial para auxiliar na descrição dos elementos, apesar de se tratar de um trabalho que enfatiza os caiçaras do litoral sul de São Paulo.

Sobre os conflitos entre as populações tradicionais e os parques ambientais, foi inevitável utilizar *O mito moderno da natureza intocada* (1996) de Antônio Carlos Sant’ana Diegues. Além de pioneira, essa é uma obra com uma linguagem didática e elucidativa e que contribuiu imensamente para os avanços das discussões sobre os direitos das comunidades tradicionais no Brasil.

Por fim, para abordar, as definições de populações tradicionais me debrucei sobre os trabalhos da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha e, como referência explícita, fiz uso do artigo “Populações indígenas, povos tradicionais e preservação na Amazônia” (2001), escrito em parceria com o professor Mauro Willian Barbosa Almeida.

Ainda sobre os avanços na legislação, foi essencial o livro *Direitos das comunidades tradicionais caiçaras* (2016), organizado por Paulo Stanich Neto, e, sobretudo, o artigo de Maria Luiza Grabner: “Os caiçaras e as unidades de conservação de proteção integral: convergência entre os direitos fundamentais das comunidades tradicionais e a conservação ambiental” (2016), que traz um panorama histórico dos documentos de amparo jurídico e suas especificações.

Alguns outros trabalhos utilizados como referência na pesquisa foram: *Ubatuba nos Cantos das Praias* (1985), de Kilza Setti, que trata sobre a produção musical caiçara; *Ubatuba – Documentário* (1977), de Washington Oliveira, conhecido como Seu Filhinho e que, nos moldes de uma história memorialista, narrou a trajetória da cidade; *A emergência da territorialidade e o processo de resignificação caiçara: diálogos com a América Latina* (2009), de Alexandre Pimentel que, numa perspectiva contemporânea, traz uma análise sobre o processo de luta das comunidades caiçaras; entre outros.

Fontes

Este trabalho conta com fontes arquivísticas e orais, que são referenciadas ao longo dos capítulos, porém, pode-se pontuar que o Capítulo 2, “Rio-Santos: uma parcela da modernização conservadora” conta, majoritariamente, com fontes de arquivo e as partes que se preocupam com o *modo de vida caiçara* embasaram suas reflexões nas entrevistas, realizadas de acordo com a metodologia da História Oral, além das fontes bibliográficas.

Realizei as entrevistas durante os meses de junho e julho de 2019. Fui à casa de três entrevistados, o que me permitiu conhecer mais a fundo a realidade desses. A entrevista com Antônio Carlos Diegues foi realizada na Praça da Baleia em Ubatuba, no evento Fórum de Artesanato Caiçara, assim como a com Seu Alcides, que foi a mais curta de todas, apenas um depoimento de poucos minutos; as outras duraram aproximadamente duas horas cada uma.

Desse modo, vamos conhecer mais sobre os entrevistados:

- Mário Ricardo de Oliveira, mais conhecido como Mário Gato, tem 43 anos, e apesar da pouca idade é uma das principais lideranças dos interesses caiçaras na cidade de Ubatuba e um notável articulador cultural e político, além de músico, carpinteiro e artesão. Mário cresceu no bairro do Itaguá, próximo ao centro, mas que na época da infância era bem diferente do que é hoje. Ele se admira em pensar que hoje existe até banco no bairro, que até se confunde com o centro, pois já estão grudados. Sua família por parte de mãe é de Ubatumirim, ele conta que a avó faleceu de picada de cobra e que por isso sua mãe foi viver no Itaguá. Depois, quando se casou a primeira vez, foi morar no Ubatumirim, onde vive até hoje com sua atual companheira, Carolina, e seus dois filhos, Maria Flor e Joaquim. Há 15 anos, Mário fundou o grupo *Fandango caiçara de Ubatuba*, que faz um valioso trabalho de recuperar as danças e cantos, costumeiros das festas de antigamente.
- Manuel Moisés, conhecido como Neco e também chamado de Seu Neco, tem 77 anos, é tocador de viola, carpinteiro, artesão e exímio contador de causos – “curiosidades”, como diz sua companheira Peola. Trabalhou com pesca de traineira em Santos, antes de ser contratado em 1972 para trabalhar como funcionário da Andrade Gutierrez, empresa responsável pela construção da Rio-Santos no litoral paulista. Trabalhou durante 11 meses para a empresa e diz que a Andrade Gutierrez “foi uma firma muito boa pra ele”, apesar disso contou que resolveu sair depois de 11 meses, porque descobriu que, em sua

folha de pagamento dizia que era “oficial”, enquanto estava recebendo salário como “meio-oficial”. Como bom contador de causos, Seu Neco conta vários deles sobre esse período em que a estrada estava sendo construída, alguns deles foram inseridos no Capítulo 1 desta dissertação.

- Antônia Floripes Correia Santana tem 71 anos, é também chamada de Dona Antônia e de “Macuca”, pois seu avô Antônio Macuco foi um respeitado folião (Folia do Divino) e era bastante conhecido entre os caiçaras. O traçado da estrada passou por cima da casa da família de Dona Antônia na costa da Praia Vermelha do Norte, por isso, a empresa mandou construir uma casa de tábuas em uma área próxima. Porém, a família perdeu toda sua plantação e não recebeu nenhum tipo de indenização. Depois da estrada, Antônia trabalhou por 25 anos na Prefeitura: “ia todo dia manhã de bicicleta”. Foi merendeira numa escola pública por um tempo e auxiliar de serviço gerais na área da Saúde. Ainda mora no mesmo lugar na Praia Vermelha, junto a 7 filhos e alguns netos. Continua dançando xiba, cachorro do mato, bate pé e ciranda.
- Paula dos Santos e Peola Maria Barbosa estavam no dia da gravação da entrevista com o Neco e fizeram apontamentos muito valiosos para a pesquisa. Paula tem 67 anos, é caiçara da Barra Seca. Seu pai, Vitor Manuel dos Santos, organizava a festa de São Pedro no bairro, era pescador e tocador de viola. Peola Maria Barbosa tem 61 anos, é caiçara de Ubatumirim e artesã, além de companheira do Neco. Ambas dançam no grupo *Fandango caiçara de Ubatuba*.
- Antônio Carlos Diegues Sant’ana é um dos pesquisadores mais reconhecidos sobre as comunidades caiçaras, considera-se ele mesmo caiçara de Iguape. No final da década de 1960, fez pesquisa de campo com os pescadores de Ubatuba e lançou o documento *A Pesca em Ubatuba: Estudo Socioeconômico* (1974), financiado pela SUDELPA. Um dos livros mais famosos de Diegues é *O mito moderno da natureza intocada* (1996), pioneiro sobre os problemas dos povos tradicionais com os parques. É um dos primeiros, inclusive, a usar o termo “populações tradicionais”. Criou o Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB) e participou de

diversos programas públicos nacionais e internacionais sobre essas questões, incluindo a formação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação em 2000.

- Alcides Alves Jorge tem 54 anos, é um ícone de Cambury, se considera quilombola e caiçara. Nasceu no quilombo do Campinho, mas seus bisavós haviam nascido em Cambury, então, resolveu ir morar nas terras de seus antepassados. “Hoje eu cuido até do pesqueiro que foi dos meus bisavós: Marcelino e Cecília”. Seu Alcides é conhecido também por ter implantado o sistema de agrofloresta na sua roça e frequentemente organiza mutirões, que acabam levando pessoas de várias cidades a Cambury.

Com relação aos arquivos, foram encontradas fontes no acervo digital do Arquivo Nacional, onde há fotos da visita de Mário Andreazza à obra em Ubatuba, ainda no período de construção da rodovia, e um filme de divulgação da estrada, produzido pela Agência Nacional em 1972, ambos disponíveis no Fundo da Agência Nacional.

Na Biblioteca Nacional, consta um exemplar da revista *O Empreiteiro* do ano de 1972, com uma matéria especial sobre a Rio-Santos. Na BN também foi encontrado o Projeto TURIS, elaborado pela Embratur para desenvolvimento turístico da região atravessada pela Rio-Santos, além de duas publicações oficiais do Ministério dos Transportes sobre a Política Nacional dos Transportes, com base em conferências de Mário Andreazza na Escola Superior de Guerra. Ambas publicações recebem o nome: *Os transportes no Brasil: planejamento e execução* (1972 e 1973).

No Arquivo do Estado de São Paulo foram encontrados jornais locais, como o *Eco Ubatubense* e o *Jornal da Terra: litoral norte*, que trazem algumas informações sobre associações e eventos articulados com intuito de defender causas das famílias caiçaras.

No Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da PUC-SP foram consultados recortes de jornal sobre os conflitos de terras que ocorreram na região do litoral Norte Paulista e sul-fluminense. Essas notícias foram coletadas pela Professora Vera Lucia Michalany Chaia e organizadas na coleção “Movimentos Sociais do Campo”.

Antes de iniciar a leitura dos capítulos, faz-se necessária uma compreensão do processo histórico de formação do local escolhido para desenvolver a pesquisa, a cidade de Ubatuba, última do litoral norte de São Paulo, para assim, ser possível distinguir quem são as famílias caiçaras.

Breve histórico da cidade de Ubatuba (SP)

Os Tupinambás eram os habitantes desta região quando começou a invasão portuguesa. Suas terras expandiam-se das proximidades do município de São Sebastião (SP) à fronteira com o Estado do Espírito Santo, incluindo, portanto, a aldeia de Iperoig – Ubatuba nos dias atuais. Ao contrário dos povos Tupiniquins, eles não foram amistosos com os invasores:

Surpreendidos com as sortidas portuguesas, inconformados com a invasão dos seus domínios, revoltados com a impiedosa captura dos seus – homens e mulheres – para o trabalho forçado nas hostes colonizadoras, além do mais, feridos nos seus brios, reúnem suas tribos numa grande nação guerreira, submetem-se ao comando único e heroico de Cunhambebe, formam a Confederação dos Tamoios e desencadeiam tremenda guerra de defesa e de vingança (OLIVEIRA, 1977, p. 22).

O conflito teve seu desfecho quando os jesuítas Manoel da Nobrega e José de Anchieta, após meses de negociação, conseguiram convencer Cunhambebe a selar um “tratado de paz”, episódio que ficou conhecido como “A Paz de Iperoig”. Até os dias atuais, esse episódio é alvo de discussões, já que foi a partir desta data, 14 de setembro de 1563, que os povos indígenas da região ficaram sem proteção e foram sendo dizimados e escravizados ao longo dos séculos.

Após o “tratado de paz”, alguns portugueses receberam terras da coroa portuguesa e foram implantando fazendas na região, não houve um plano de ocupação. Em 1637, o então povoado foi elevado à Vila Nova da Exaltação à Santa Cruz do Salvador de Ubatuba.

Ao longo do século XVII, surgiram os primeiros engenhos de açúcar na região. Assim, já no século XVIII, com o aumento da produção de açúcar e de aguardente, houve na vila um período de relativo enriquecimento. Esses produtos eram exportados pelo porto e também levados serra acima com o auxílio de animais, através do caminho Ubatuba-Taubaté. Nessa época, crescia também a mineração na atual região de Minas Gerais e parte da produção de açúcar e aguardente de Ubatuba passou a abastecer esse novo contingente populacional. O porto de Ubatuba também se tornou uma saída de exportação de minérios.

Nos séculos XVII e XVIII, além das lavouras de cana-de-açúcar e das grandes fazendas pertencentes a portugueses e seus descendentes, também havia na região um considerável número de famílias que viviam nos moldes do que Maria Luiza Marcílio (1986) define como uma agricultura rústica:

A ocupação do solo que se seguiu à tomada da terra dos índios foi sendo realizada, em todo o Brasil, e de maneira mais completa nas áreas que ficaram fora da produção agrícola colonial para exportação, dentro dos padrões de uma agricultura rústica, em sua primeira fase de desenvolvimento. **Ubatuba é um**

exemplo acabado desse modelo de povoamento e de organização econômica social. Roças pequenas, abertas na clareira da mata, produtoras de alimentos básicos para a família, e com algum excedente para o mercado local, combinados por umas poucas fazendas voltadas primordialmente para produtos de exportação, e secundariamente para o cultivo de alimentos destinados a seus grupos domésticos (MARCÍLIO, 2005, p. 199, grifo meu).

A primeira contagem populacional de Ubatuba data de 1765 e contabilizou 247 lares com quase mil e quinhentos habitantes entre livres e escravizados (MARCÍLIO, 1986). Inicialmente, quase a totalidade das roças e fazendas estavam dispostas ao longo das praias, porém a partir do final do século XVIII, há registros de casas levantadas no “sertão” ou “mato dentro”. “Elas estavam, no entanto, ligadas entre si, formando grupos de localidade ou de vizinhança, os ‘bairros rurais’, por meio de veredas ou picadas” (MARCÍLIO, 2005, p. 201).

Esse primeiro período de relativo enriquecimento da vila de Ubatuba chegou ao fim em 1787, quando o Capitão-General Bernardo José de Lorena, então presidente da Província de São Paulo, “determinou aos Capitães-Mores das vilas do litoral que todas as embarcações que zarpassem de seus portos eram obrigadas a se dirigirem a Santos” (OLIVEIRA, 1977, p. 48). Ficava proibido, assim, o comércio direto com o Rio de Janeiro e com outras localidades, o que levou a vila à decadência.

Apesar do declínio comercial do final do século XVIII, data do mesmo período a chegada do café na região, produto que décadas mais tarde se tornou responsável pelo segundo ciclo de enriquecimento de Ubatuba.

A situação econômica voltou a progredir com o decreto de abertura dos portos em 1808. Desse modo, o café produzido na vila passou a ser enviado para o Rio de Janeiro. Além disso, as lavouras de café expandiam-se rapidamente pelo Vale do Paraíba e o porto de Ubatuba se tornou um dos principais polos de exportação dessa produção, assim como o porto de Paraty. Aliás, a trajetória histórica de Paraty, São Sebastião e outras cidades litorâneas de São Paulo e do sul do Rio de Janeiro é muito similar à de Ubatuba, pois, apesar de suas especificidades, elas exerceram papéis parecidos nos ciclos econômicos do Brasil.

Até a década de 1820, um dos principais produtos de exportação da vila de Ubatuba não era nem o açúcar e nem o café: era a farinha de mandioca. “Em 1818, por exemplo, 69% da renda de exportação local provinha da farinha de mandioca para o mercado colonial interno (...)” (MARCÍLIO, 2005, p. 217). Em pouco tempo, o café teve uma ascensão vertiginosa e, em 1836, 96% das rendas locais provinham da venda de café:

A própria família do sitiante caíçara incorporou alguns pés de café em sua rocinha. Ele próprio plantava, colhia e vendia o café em casa no porto da vila. Os negociantes locais – nenhum, diga-se de passagem de grandes recursos até

os anos de 1840 – eram os que compravam as pequenas produções e as transportavam em barcos pequenos – as canoas de voga – e por vezes em sumacas para o Rio de Janeiro (MARCÍLIO, 2005, p. 218).

Nas décadas de 1830 a 1860, Ubatuba figurou entre as principais cidades produtoras da rubiácea no Estado de São Paulo e apresentou uma das maiores rendas municipais do estado (OLIVEIRA, 1977). Acompanhando esse crescimento econômico, aumentou também a população, sobretudo, da região central da vila (MARCÍLIO, 2005). Datam desse período muitas obras como a Igreja Matriz, a reestruturação do traçado urbano, que passou a ter ruas mais largas, o Mercado Municipal, o prédio atual da Câmara Municipal, além de construções como o Sobradão do Porto, um dos símbolos da cidade até os dias atuais e que pertenceu ao comerciante e plantador de café Manoel Baltazar da Costa Fortes. Foi também nessa época, em 1855, que a vila de Ubatuba foi elevada à condição de cidade.

Com o crescimento da atividade cafeeira, também estrangeiros, principalmente franceses, adquiriram grandes extensões de terra na região e passaram a se dedicar à cultura do café. Nessa época, cresceu a venda de escravizados para as fazendas da região: “Entre 1825 e 1830, entraram, legalmente, no porto de Ubatuba 475 escravos vindos do mercado de Valongo, do Rio de Janeiro” (MARCÍLIO, 1986, p. 122).

Por volta da metade do século XVIII, o comércio de escravizados aumentou ainda mais em Ubatuba, pois com a proibição do tráfico, o desembarque dos navios negreiros passou a acontecer em áreas mais afastadas dos grandes centros, assim algumas praias mais escondidas do litoral sul-fluminense e de Ubatuba passaram a receber esses navios clandestinos:

Os negros desembarcavam nas enseadas afastadas da Vila, ao que consta na Fortaleza e Caçandoca no Sul, e Ubatumirim, ao Norte e, por veredas dissimuladas, através da mata, eram conduzidos às fazendas do Vale do Paraíba e ali comercializados a altos preços (OLIVEIRA, 1977, p. 89).

Essa informação da chegada de africanos e africanas nessa região evidencia também a influência cultural desses povos no modo de vida das famílias locais.

O declínio da economia cafeeira no município de Ubatuba se deu a partir da década de 1860, com a construção das estradas de ferro D. Pedro II e Santos-Jundiaí, que eliminaram a necessidade da exportação do café pelo porto da cidade. Assim, com mais rapidez, a produção do Vale do Paraíba passou a ser escoada para os portos de Santos e do Rio de Janeiro.

Nas últimas décadas do século XIX, houve ainda uma tentativa, por parte da elite local, de construir uma estrada de ferro Ubatuba-Taubaté, porém o plano fracassou. Assim, a economia formal da cidade entrou em profunda decadência. As famílias mais abastadas

abandonaram a cidade e os índices da população, que até a década de 1870 apresentavam rápido crescimento, começaram a decair.

A partir da década de 1930, há um crescimento do incentivo estatal ao rodoviarismo e, novamente, integrantes da elite local de Ubatuba se organizam e solicitam, desta vez, a pavimentação da estrada Ubatuba-Taubaté ao Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo (DER-SP). Após algumas negociações, a obra é autorizada e concretizada em 1933.

Em 1954, é inaugurado o trecho da estrada que conecta Ubatuba à cidade de Caraguatuba (SP-55). Com esses dois empreendimentos, há um aumento considerável do turismo na região e, assim, da especulação imobiliária. Porém, é com a abertura da rodovia Rio-Santos, em 1975, que essas mudanças assumem um ritmo avassalador, alterando a estrutura espacial, social e econômica da cidade.

Quem são as famílias caiçaras?

As famílias que foram ocupando a região do município de Ubatuba e viviam nos moldes de uma agricultura rústica, como define Marcílio (1986), foram desenvolvendo, ao longo dos séculos, hábitos culturais próprios e incorporando outros tantos do contato com outras culturas. São elas – essas famílias e seus descendentes – que, nesta pesquisa, são chamadas de caiçaras.

Há que se explicitar que esta pesquisa tem o recorte do município de Ubatuba, mas há famílias caiçaras por todo o litoral de São Paulo e também nos Estados do Paraná e Rio de Janeiro. Sobre a extensão das comunidades caiçaras, Antônio Carlos Diegues afirma que “trata-se, na verdade, de territórios descontínuos, onde se desenvolveram pequenos núcleos de populações esparsas, com o mesmo modo de vida (...)” (DIEGUES, 2004, p. 24).

O termo *caiçara*, oriundo do tupi-guarani, é a junção de duas palavras: *caá*, mata, e *içara* que pode ser compreendida como armadilha ou cerca (DIEGUES, 2004). Assim, *caiçara* era a expressão utilizada para se referir às paliçadas fincadas ao redor das aldeias indígenas. Essa cerca, que pode ser de ramos ou de madeira, foi adaptada pelos caiçaras para proteção das roças, áreas destinadas ao plantio dos alimentos, e, em alguns casos, na pesca, formando uma espécie de curral na água para cercar o peixe (ADAMS, 2000).

De acordo com Paulo Fortes (2005), o termo *caiçara* foi ressignificado ao longo do século XX e passou a identificar, inicialmente, os habitantes da cidade de Cananéia, no litoral sul de São Paulo e, posteriormente, os moradores que vivem na faixa costeira entre o litoral

norte do Paraná e o litoral sul do estado do Rio de Janeiro, contemplando, assim, todo o litoral paulista.

Caiçara também já teve conotação pejorativa e foi sinônimo de expressões como “vagabundo” e “malandro”. Seu Neco conta que, no tempo antes da Rio-Santos, havia quem não gostasse de ser identificado como caiçara: “a turma lá de Ilhabela, se chamasse de caiçara, Deus o livre, era uma briga, porque eles não gostavam, mas era caiçara, porque morava na beira da praia”.

Diegues, por sua vez, relata o caso dos pescadores mais antigos da cidade de Paranaguá, no Paraná, que até os dias atuais não se autorreconhecem como caiçaras:

Eles se dizem pescadores artesanais, porque foram fazer, quando jovens, o Exército em Curitiba, e lá eram chamados de caiçaras preguiçosos, aí eles ficavam muito bravos: “Eu não sou caiçara, sou pescador, eu sou profissional”. E aí ficou isso. Ou seja, eles rejeitaram uma identidade cultural que é muito forte hoje (Antônio Carlos Diegues, em entrevista no dia 27 de julho 2019).

Marcílio (1986) entende a expressão *caiçara* como sinônimo de camponês, de caboclo e de caipira, com a especificidade de ser empregada para os camponeses do litoral. Kilza Setti (1985) afirma que adotou essa palavra em sua pesquisa por ser a que melhor define o indivíduo de seu estudo e que deve ser entendida no seu sentido vulgar, ou seja, caiçara: o que nasceu e sempre ocupou o litoral de São Paulo. No entanto, a autora aponta que na época de sua pesquisa o “homem de Ubatuba” apenas se percebia como caiçara na medida em que admitia ser essa expressão usada para designá-lo, mas que se autodenominava como praiano, ubatubano ou barriga-verde, por consumir muita banana verde, acompanhamento essencial do prato típico azul-marinho.

Nas entrevistas realizadas aparecem contradições sobre o uso do termo *caiçara* no tempo de antigamente. Seu Neco, Dona Antônia e Paula afirmaram que era comum ouvir a expressão caiçara mesmo quando eram mais jovens: “Caiçara, barriga-verde, todo mundo nascia na beira da praia aqui, tudo aqui era caiçara”, disse Dona Antônia; “Caiçara é todo o povo que mora na orla praiana”, explicou Paula. Porém, Mário Gato ponderou que conversando com sua mãe e outros mais velhos “eles nunca falaram de alguém chamar eles de caiçara, nunca falaram assim no meio deles: ‘Olha, eu sou caiçara’ ou alguém chamar de caiçara”:

É uma questão bem difícil e eu também nunca vi um documento sobre isso. Mas não se falava não, agora, como chegou e quando chegou, eu já não sei. De repente, foi durante essas expedições que aconteciam, essa, por exemplo, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo nos anos 1930, 1940...de

repente, foi para identificar esses povos que estavam aqui, já que eles estavam demarcando as terras. (Mário Gato, em entrevista no dia 22 de junho de 2019).

Se a origem de quando a palavra caiçara começou a ser utilizada para se referir a essas populações é incerta, Diegues em entrevista concedida para esta pesquisa apontou que os estudos acadêmicos desempenharam papel importante para consolidar o termo: “A universidade também teve um papel grande na divulgação do termo e isso foi pegando. Os moradores começaram a perceber que valia a pena usar o termo caiçara, porque chamava atenção sobre direito deles”. A ressignificação de uma identidade cultural caiçara como uma forma de garantir reconhecimento jurídico e a permanência dessas famílias nos territórios, bem como a proteção de seus costumes, será aprofundada no Capítulo 3.

Mas foi nesse processo, a partir dessa ressignificação, que a expressão caiçara passou a se referir a um tipo de comunidade tradicional, assim, apesar da expressão *caiçara* ser comumente utilizada para designar aqueles que residem na faixa costeira entre o norte do Paraná e o sul do Estado do Rio de Janeiro, não são todos os habitantes do litoral que compartilham do que hoje entende-se como *modo de vida caiçara*.

Capítulo 1 - O tempo de antigamente e a chegada da Rio-Santos

O tempo de antigamente se refere ao período que antecede a chegada da estrada e de outros empreendimentos que afetaram drasticamente a região e as populações caiçaras que ali viviam na segunda metade do século XX. Para falar sobre esse tempo, recorrerei, principalmente, às entrevistas de História Oral realizadas com Seu Neco (acompanhado da Paula e da Peola no dia da gravação), Dona Antônia, Seu Alcides e Mário Gato.

Considerando que os entrevistados com mais idade são Neco, com 77 anos, e Antônia, com 71 anos, estima-se que as memórias do tempo de antigamente envolvam as décadas de 1950, 1960 e 1970. Ressalto, porém, que o tempo de antigamente pode também se referir a um tempo expandido, uma vez que os costumes relatados foram vivenciados com pessoas de outras gerações e que, por sua vez, aprenderam com as gerações anteriores.

Há que se considerar que, apesar das descrições se referirem ao tempo de antigamente, como partimos do presente para falar do passado, apareceram nas entrevistas muitas comparações com os dias de hoje, assim como certas contradições. Dependendo da memória “pescada”, por exemplo, o juízo de valor sobre o mesmo período poderia ser positivo ou negativo.

As narrativas de Neco e Antônia oscilam entre “naquele tempo é que era bom”, “a gente era feliz e não sabia” e “aquele tempo era muito difícil”, “era muito sacrificado”. As memórias negativas envolvem, principalmente, as longas caminhadas carregando o excedente para vender na cidade ou ainda o trabalho exaustivo, já que desde criança trabalhavam na roça ou na pesca, ajudando os pais. E as memórias positivas exaltadas estão relacionadas à fartura de alimentos, às festas, caçar e pescar sem levar multa do “meio ambiente”, enfim, costumes da vida em si, vivenciada com liberdade. Por exemplo, Dona Antônia contou que a mãe cozinhava uma variedade de alimentos no café da manhã: peixe assado, mandioca, farinha de banana, etc.; e Seu Neco relembrou a felicidade de poder ir a uma festa e dormir em qualquer lugar sem se preocupar: “Dormia na praia, dormia na rua, não tinha problema”.

É através das histórias do cotidiano daquele tempo que aprofundarei alguns elementos que caracterizam o *modo de vida caiçara*, que era vivido e experienciado no tempo de antigamente, de maneira mais natural e com menos opressões, se comparado com o tempo de depois da estrada Rio-Santos.

Faz-se necessário pontuar que há muitos outros elementos que integram os costumes das famílias caiçaras. Neste capítulo, entretanto, abordarei cinco aspectos que sobressaíram nas entrevistas e que são chaves, pois com as transformações das últimas décadas do século XX e

das primeiras do século XXI, passaram a ser elementos constituidores de uma identidade cultural caiçara.

1.1. As festas

Inicio aqui os elementos do *modo de vida caiçara* abordando as festas do tempo de antigamente. Um assunto que eu não planejava abordar nesta dissertação, mas que apareceu com muita intensidade nas entrevistas. Por meio dos relatos, identificou-se tipos variados de festas que podem ser classificados em duas vertentes: as festas religiosas, relacionadas ao catolicismo, que no tempo de antigamente aconteciam, em sua maioria, na casa das pessoas, levavam dias e eram típicas de cada bairro – se diferencia a Festa do Divino, pois envolve a peregrinação de um grupo de músicos; e as festas de mutirão, que aconteciam depois de um trabalho em conjunto. Por exemplo, alguém precisava fazer uma colheita, então, fazia-se um mutirão, trabalhava-se durante o tempo necessário e depois, aquele que convocou as pessoas para o mutirão, organizava uma festa como pagamento. Havia também as festas do cotidiano: aniversários, casamentos, batizados – essas, porém, não foram abordadas nas entrevistas.

Cada tipo de festa tinha suas danças e cantorias. As Folias do Divino, por exemplo, possuem cantos e ritos seguidos com muita devoção e acontecem quando há uma promessa a ser cumprida. Assim, a casa que recebe o grupo de foliões oferece o pouso e a comida.

A família de Dona Antônia, por exemplo, carrega a tradição da Folia do Divino na região da Praia Vermelha do Norte, em Ubatuba. Seu avô, Antônio Macuco, era um respeitado folião. Sua mãe e seu irmão também integravam o grupo que caminhava e ia pousando de casa em casa. “Tinha bastante folião, mas da minha família eram os três: meu avô, minha mãe e meu irmão. Eles iam a pé, dormiam na casa das pessoas, aí era uma festa, nossa!”, relembra a entrevistada.

Figura 1 - Antônia segura o quadro pintado em homenagem à sua família



Fonte: Elaboração própria.

Ela conta que seu pai, Roque Nunes Correia, também se entusiasmava quando ia receber em casa a folia do divino:

Meu pai quando a folia tava pro Norte que tava vindo pra cá, uma semana antes ia cortar lenha, arrumar casa, matar porco e fazia aquela comidagem... Nossa, mas vinha tanta gente, tanta gente, toda vizinhança vinha pra casa. Aí almoçava, jantava, cantava aqui mesmo, aí à noite tinha xiba e a gente dançava, nossa! A gente dançava xiba à noite inteira! Meu pai amava aquela vida, meu Deus do céu! Daí saiam daqui e iam pra frente, até chegar em Ubatuba (Antônia Santana, em entrevista no dia 28 de julho de 2019).

Até os dias atuais Dona Antônia exerce a tradição. Recentemente, fez uma bandeira do divino para segurar na folia, a fim de cumprir uma promessa em agradecimento por ter se recuperado de uma crise de saúde.

Figura 2 - Bandeira do divino feita por Antônia



Fonte: Elaboração própria.

A peregrinação dos grupos de foliões ainda acontece, mas com menos frequência [e já nem sempre é a pé]. Há também a Festa da Folia do Divino que, atualmente, ocorre durante alguns finais de semana do mês de julho no centro da cidade e é organizada pelo poder público municipal. No tempo de antigamente, segundo Dona Antônia, “não tinha esse negócio de final de semana, era todo dia”. Para Paula, a Festa da Folia do Divino era uma das mais importantes, porque “todo mundo fazia festa no seu bairro, aí só a do Divino, como era pra toda comunidade ir, Ubatuba toda, então, todo mundo ia pra festa do Divino”.

Neco conta que no tempo de antigamente havia festas “que nem São João, Santo Antônio, festa de roça, não era festa de cidade”. Ele se lembra das festas nos bairros de Itamambuca, Promirim, Puruba, Almada, Picinguaba, Ubatumirim e Felix.

Segundo Paula, a festa de São Pedro na Barra Seca era em sua casa:

Meu pai fazia muita festa de cantoria. A minha família tudo é de Itamambuca, mas quando nós viemos para Barra Seca eu tinha um ano de idade, aí a gente criou lá. Eu não sei se na Itamambuca meu pai já fazia festa de São Pedro, meu pai era devoto de São Pedro. Ele pescava e fazia farinha. Tinha festa de São João na casa do padrinho Ferreira, tinha uma casa que fazia o Santo Antônio... a do meu pai era São Pedro. Eram nove dias de reza. No último dia, tinha levantamento de mastro, tinha alvorada, o pessoal cantando folia, e tinha leilão¹ no final da festa. Tinha festeiro, tirava festeiro. Naquela época eu não lembro da festa da cidade, mas já existia (Paula dos Santos, em entrevista no dia 07 de julho de 2019).

Paula se refere à festa de São Pedro Pescador, que acontece no centro de Ubatuba desde 1923. Atualmente, é uma das principais festas do município, mas alguns dos entrevistados afirmaram que nesse evento não há uma valorização da cultura caiçara, assim como eles gostariam. A festa cresceu, hoje há um palco grande que recebe artistas de muitas regiões e dezenas de *stands* de comidas. Há que se admitir que em toda festa há uma casa caiçara com paredes de pau a pique, construída especialmente para a ocasião e uma capelinha para São Pedro, mas o descontentamento é, sobretudo, com relação à falta de destaque das apresentações culturais para os grupos relacionados à cultura caiçara.

Voltando às festas de antigamente, apesar de haver danças próprias para cada festejo, havia também aquelas que eram dançadas em quase todas as festas. Eram elas: a xiba, o cachorro do mato, a cana-verde, a canoa, o bate pé, a ciranda, entre outros ritmos que juntos, hoje, são reconhecidos como *Fandango caiçara*. Essas também eram as danças mais comuns nas festas de mutirão, como explica Peola:

Na realidade era assim: eles colhiam a roça, faziam o trabalho e pra pagar ao invés de pagar com dinheiro, eles davam janta e, quando terminavam,

¹ Leilão é como eles chamavam bingo naquele tempo.

dançavam o xiba e pinga, né? O pagamento era esse. Era comemorar o trabalho que tinham terminado. Aí, hoje em dia, o xiba faz parte do Fandango, mas o Fandango é um monte de danças. Juntando tudo faz o Fandango (Peola Maria Barbosa, em entrevista no dia 07 de julho de 2019).

Mário Gato contou um pouco de como ressurgiu o termo *Fandango* em Ubatuba:

O termo fandango é uma outra coisa interessante de se falar, é diferente do caíçara, porque desapareceu a palavra fandango daqui das nossas manifestações. (...) E aí se chamava de função: fandango, função e bate pé. É assim que eles identificavam essas manifestações caíçaras.

Função é quando era: “Ah, vai ter uma função na casa do fulano de tal...” na função acontecia as danças. E as miudezas. As miudezas eram as danças de roda. Aí quando começavam as danças de sapateado era bate pé, cachorro do mato, xiba. Mas tudo era o fandango. O Seu Leopoldo que está com noventa e poucos anos, a todo momento ele falava de fandango. “Ah, antigamente o fandango aqui era bom”. O Seu Ricardo a mesma coisa. E aí a gente sentiu a necessidade de trazer de novo o termo fandango para identificar as nossas danças (Mário Gato, em entrevista no dia 22 de junho de 2019).

Dona Antônia, Mário Gato, Peola, Neco e Paula fazem parte hoje do grupo *Fandango caíçara de Ubatuba*, que se apresenta em vários tipos de festas, mas há outros grupos de Fandango na cidade. Os bailes de Fandango também são comuns no sul do Estado de São Paulo e no norte do Paraná, em cidades como Iguape, Cananeia e Paranaguá. Há pouco tempo, os *fandangueiros* e *fandangueiras* de Ubatuba começaram a ir aos bailes da região sul do Estado, assim como os grupos de lá passaram a frequentar as festas de Fandango de Ubatuba. Mário Gato conta que, conversando com um *fandangueiro* do sul, o Aurélio Domingues, ele até ficou mais animado, porque percebeu a perenidade da tradição:

O fandango é uma manifestação que está até hoje aí, não é da moda. Desde os anos 1970, com a chegada das modas aí, já passou break, lambada, já passou um monte, um monte que desapareceram e o fandango tá aí resistindo a todas elas. Então, nunca foi coisa de moda. O fandango nunca foi de passagem (Mário Gato, em entrevista no dia 22 de junho de 2019).

O fandango é hoje um dos elementos do *modo de vida caíçara* mais valorizados, por ter sido reconhecido como patrimônio imaterial pelo IPHAN em 2012, assunto que será aprofundado no Capítulo 3.

Sobre as festas religiosas nos dias atuais, alguns fatores, como o aumento do número de igrejas evangélicas, abalaram a aderência das pessoas a esse tipo de manifestação, ainda assim há grupos que mantêm essas tradições. Segundo Mário Gato:

Ubatuba tem folia do divino, ficou um bom tempo adormecida, hoje tem duas folias do divino, uma do Norte e uma do Sul, que é coisa que acontecia há 70 anos atrás. Realmente, vinha uma do Norte e outra do Sul e se encontravam no dia da festa. Então, a gente percebe que nesses últimos anos está voltando

de uma forma muito natural da mesma forma que foi se perdendo em um período dos anos 1980 e anos 1990, foi natural também, as pessoas não participarem mais...aí vem a questão da Igreja Evangélica que veio crescendo de uma forma absurda e não só uma igreja, foram vindo várias. Isso foi afetando também a cabeça das pessoas. Foi difícil também, até os dias de hoje a gente tem muito enfrentamento com isso e as pessoas foram se dividindo. Naquele tempo, por exemplo, a festa de um santo, todo mundo vinha para trabalhar para o santo e celebrava mesmo aquela devoção, quando as pessoas pescavam traziam para o santo, matavam porco e as danças, eram uma celebração, era muito diferente dos dias de hoje (Mário Gato, em entrevista no dia 22 de junho de 2019).

1.2. Falares caiçaras

Os caiçaras possuem também uma maneira própria de pronunciar as palavras - “um sistema de falar, de voz”, como explicou Neco, - e uma vasta lista de expressões para dar conta dos costumes e objetos característicos do seu modo de vida. Por exemplo, o cesto de ir pescar é o samburá e fifó é a tocha feita de com pedaços de pano, ou palha, em um bambu e que servia para iluminar as caminhadas noturnas.

Considerarei curioso o fato de que tanto Antônia quanto o Neco, quando eu perguntei se se falava caiçara no tempo de antigamente, querendo me referir ao termo utilizado para identificá-los, eles entenderam caiçara como sinônimo de língua. O Neco disse “sim, falava-se caiçara” e Peola, momentos depois, me presenteou com um glossário caiçara, elaborado pelo pesquisador Peter Nemeth Santos. Em todas as casas que fui fazer as entrevistas me ofereceram um café, ou um “tirume”, como falaram o Mário Gato e a Paula. Porém, Dona Antônia disse que conhecia essa expressão como “entreume” e, ainda, o glossário de Santos (2010) registrou a palavra “enterume”, a qual define como “desjejum constituído só de café puro” (SANTOS, 2010).

Segundo Paulo Fortes, que estudou o falar caiçara do litoral sul paulista: “A peculiaridade do falar caiçara não está só assentada na originalidade dos seus termos, mas sobretudo, no gestual, na entonação da voz que acompanha o seu falar, na sua postura, nas nuances do olhar” (FORTES, 2005, p. 15).

Dona Antônia conta que, nos dias atuais, percebe uma grande mudança no jeito de falar.

Tem muitas coisas de antigamente que a gente fala e a turma dá risada, o jeito de falar, coisa que meu pai falava, minha mãe falava, hoje em dia já é diferente; tem muita coisa que se você for falar a turma vai achar ruim. Vamos supor se for falar bicicleta, eles falam: “Mãe, não é assim que fala!” Não sei como fala, eu carrego muito no “r”. Antigamente era tudo diferente, **antigamente tinha muitas palavras** (Antônia Santana, em entrevista no dia 28 de julho de 2019, grifo meu).

Seu Neco também reclama do preconceito pela maneira como fala:

Antigamente, não tinha esse negócio de reparar. Hoje falou qualquer coisa de errado, a turma começa a dar risada. Mas antigamente não tinha esse negócio de reparar. O cara falava do jeito que ele quisesse, não tinha problema. Aí quando chegou de uns tempos pra cá, foi mudando, foi mudando, o pessoal já começou a reparar, um a falar a moda...Porque o caipira tem um sistema de falar, o caíçara tem outro, o gaúcho tem outro, o catarinense tem outro. Então, cada lugar tem um sistema de falar, de voz (Manoel Moisés, em entrevista no dia 07 de julho de 2019).

Atualmente, não é tão comum ouvir essas expressões em Ubatuba. A influência dos novos moradores da cidade e também dos meios de comunicação fez com que o uso de certas palavras ficasse restrito a algumas comunidades.

1.3. A roça caiçara

Os terrenos das casas caiçaras tinham espaços destinados para a roça, ou seja, para a lavoura que produzia alimentos, tanto para subsistência do grupo familiar como para a venda. Nas falas de Neco e Antônia fica evidente como o trabalho na roça era algo comum para eles desde a infância. Apesar das memórias do cansaço, sobretudo, com as longas caminhadas até a cidade para levar o excedente, Neco chega a falar que era gostoso o trabalho na roça e Dona Antônia ressalta a fartura e a variedade de alimentos que sua mãe cozinhava no café da manhã, sem falar que, hoje em dia, segundo ela, “tudo tem complicação”, pois naquele tempo tudo era mais natural. Os alimentos mais comuns nas roças eram a mandioca, a cana de açúcar, o feijão, o café, a batata doce, a banana entre outros. Além da roça, tinha o pomar composto pelas árvores frutíferas como as laranjeiras, os limoeiros, os abacateiros etc., e de uma infinidade de ervas.

Caracteriza a agricultura caiçara o sistema de pousio, também conhecido como coivara, herança indígena e que basicamente é a queima de uma área delimitada para renovar a terra e deixar o solo mais fértil. Segundo Seu Alcides, era assim: “A gente roçava hoje aqui, prantava dois anos. Quando chegava no fim dos dois anos, a gente pulava pro outro lado e aquele pedaço aqui criava aquela mata virgem”. Quando “pulava” para outro lado, queimava o primeiro para, depois, deixar a mata crescer.

Os caiçaras afirmam, com convicção, que, com as queimadas, a terra lucra com os nutrientes contidos nas plantas, que se tornam disponíveis nas cinzas depositadas no solo, permitindo o plantio e o replantio de uma ou até duas safras, com bons resultados.

Depois das colheitas, as clareiras são abandonadas para permitir a renovação da cobertura vegetal e o descanso do solo. Esse é o sistema de pousio – prática secular da agricultura que está sendo abandonado pelas restrições ambientais (FORTES, 2005, p. 29).

Nas entrevistas de Antônia e Neco, as memórias sobre a roça e a alimentação do tempo de antigamente recebem juízos de valor distintos, dependendo da lembrança. Por exemplo, no início da entrevista Antônia chega a dizer: “A vida antigamente era difícil pra tudo, pra tudo, pra tudo. No meu tempo de criança, tinha que levantar de manhã pra cortar cana, fazer café, tinha que trabalhar na roça pra fazer plantação (...)”. Depois, passados alguns minutos de conversa, ela faz esse relato:

Aquele tempo era bom, não precisava de muita coisa pra se viver, pra ser feliz. Hoje em dia, se não tiver pão com manteiga, não toma café. Antigamente não, cozinhava banana ouro, batata doce, fazia angu com farinha de milho, mandioca, banana. Pra comer comida não precisava muita coisa, porque hoje em dia todo mundo só come carne, carne, antigamente não existia isso. Antigamente levantava, mamãe fazia aquela paçoca de banana, fazia um cardeirão de café de cana, muita cana. (...) Aí botava o cardeirão em cima da mesa ali e cada um pegava um prato, enchia de banana, tinha peixe, assava peixe na brasa e não só esse negócio de frito, hoje em dia tudo é frito. Se você queria comer alguma coisa frita, tinha que fritar na banha de porco, não existia óleo, existia, mas não aqui. Aí sentava todo mundo, comia e era no café da manhã, um virado de farinha com banana e no almoço era a mesma coisa. Feijão não era todo dia que comia, mas tinha feijão, nós plantava. Mamãe se fizesse era uma vez por semana e arroz era difícil, mamãe não tinha aquele hábito de todo dia ter arroz. Aqui não tinha muita plantação de arroz. Antigamente era tudo difícil pra nós, quer dizer, a gente achava que tudo era difícil, mas às vezes eu paro e penso: a gente era feliz e não sabia, porque tinha tudo (Antônia Santana, em entrevista no dia 28 de julho de 2019).

O relato de Dona Antônia é de uma riqueza imensurável, pois evidencia de maneira simples as diferenças dos hábitos alimentares das famílias caiçaras dos costumes introduzidos pelo modo de vida urbano ocidental. Outro aspecto interessante de se pontuar é que a ausência do arroz nas roças caiçaras do litoral norte do Estado de São Paulo e sul do Estado do Rio de Janeiro é uma característica regional, que se diferencia, por exemplo, das roças caiçaras do litoral sul paulista, nas quais a cultura do arroz era uma das principais. O contrário se pode dizer do café, tão presente nas roças caiçaras do litoral norte de São Paulo e sul-fluminense e que não recebia a mesma importância no sul de São Paulo.

Como já sinalizado, o excedente das plantações era vendido na cidade. Esse trajeto era feito, na maioria das vezes, a pé e, às vezes, de canoa. Neco conta que sua família tinha uma grande roça no Promirim, um caminho de quase 10 km até o centro de Ubatuba, o qual ele costumava percorrer a pé, às vezes, mais de uma vez na semana:

Antes da estrada tudo era na base da perna, não tinha carro, não tinha bicicleta, não tinha nada. Ou tinha que vir de canoa ou era a pé. Só tinha um trilhozinho que era limpo, o resto era mato. Tinha vez que nós vinha três vezes na semana pra cidade, meio cansado, mas tinha que vir. A gente só vivia da roça antigamente, não tinha esse negócio de comprar comida...aí tinha que vir

sempre. [...] A gente saía do Promirim trazendo farinha nas costas, trazia às vezes banana, café pra cidade. Era cansativo, não era fácil não (Manoel Moisés, em entrevista no dia 7 de julho de 2019).

Quando se chegava na cidade, o excedente era trocado, principalmente, por sal, querosene e fazenda de roupa, como eles chamavam os tecidos. Por essa caracterização mista, de economia de subsistência com o comércio, Marcílio (1986) define a economia caiçara como uma economia rústica.

Apesar do cansaço, Neco chega a afirmar que “Era muito gostoso trabalhar na roça, trabalhar com a gente”. Esse saudosismo e valorização daquele tempo, sobretudo, do trabalho na roça e da fartura de alimentos é também uma saudade da teia de relações – familiares e sociais – travadas a partir dessas atividades, evidenciada quando Neco fala “trabalhar com a gente”, indicando a coletividade do trabalho. E uma saudade da autonomia de poder cultivar, caçar ou pescar seu próprio alimento sem as restrições impostas pelo “meio ambiente”.

A agricultura caiçara se faz presente hoje em dia, em alguns pontos, por “teimosia” dos moradores remanescentes. Ela existe e resiste, sem assistência, sem financiamentos, sem a atenção de ninguém. A legislação preserva e defende a montanha, o outeiro, a pedra, o cascalho, o rio, o mar, o mangue, a lagoa, o brejo, a floresta, a árvore, o cipó, as orquídeas, os passarinhos, as formigas, as borboletas, as cobras, os jacarés e todas as espécies de caças...Entretanto, esqueceu do homem, do caiçara, transformando-o em refém da própria natureza. Hoje o caiçara é um prisioneiro dentro do seu território (FORTES, 2005, p. 32).

Além das restrições do “meio ambiente”, o processo de especulação imobiliária, migração para áreas urbanas, entre outros, intensificados pela construção da estrada e outros empreendimentos acarretou na diminuição consistente das casas e roças caiçaras nos moldes descritos acima.

1.4. A pesca e a coleta de animais costeiros

A figura do caiçara é hoje quase sinônima a de um pescador. No entanto, nem sempre a pesca foi uma atividade relevante no *modo de vida caiçara*: a atividade principal até o início do século XX era mesmo a agricultura. É até irônico, mas é comum encontrar um caiçara que não sabe nadar:

(...) pode-se dizer que, em passado relativamente recente, o “caiçara” tinha relação apenas secundária com o mar. Este não se constituía num referencial cultural central de seu modo de vida. Sua visão de mundo, suas festas, seus rituais, suas noções de tempo e espaço não acenavam prioritariamente para uma relação entre sua comunidade e o meio marítimo, mas antes, se

assentavam, sobretudo na sua relação com a terra, com os ritmos da produção agrícola (SILVA, 2004, p. 51).

Pesquisadoras e pesquisadores avaliam que foi em meados do século XX que a pesca ganhou importância na vida das famílias caiçaras e passou a ser uma das principais fontes de renda. Isso se deve, principalmente, à chegada de novos tipos de embarcação, apetrechos e tecnologias pesqueiras e ao aumento do comércio de peixe, sobretudo, no porto de Santos. Esse novo cenário levou muitos caiçaras de Ubatuba a irem trabalhar em Santos em alguns períodos do mês. Diegues, em entrevista concedida para esta pesquisa, afirmou que foi, inclusive, essa rotina que fez com que pescadores industriais se entusiasmassem com a chegada da Rio-Santos, já que poderiam voltar mais rapidamente para casa.

Atualmente, reconhece-se o método de cerco-flutuante como uma técnica tradicional caiçara, no entanto é curioso pensar que o cerco foi trazido por imigrantes japoneses por volta da década de 1920 para a Ilha de São Sebastião, hoje município de Ilhabela. Na época, os imigrantes tiveram que adaptar a técnica aos materiais e condições locais, mas lograram estabelecer um exitoso comércio de pescados na região. Como a confecção do material era complexa e trabalhosa, além de exigir recursos financeiros, a técnica permaneceu durante anos restrita à comunidade japonesa (SECKENDORFF et al., 2009). Contudo, durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses que ali viviam foram obrigados a deixar a região, provocando mudanças:

Como consequência, este método de pesca passou a ser assimilado pelos pescadores locais, através de um pequeno número de redeiros que haviam aprendido a técnica construtiva com os japoneses e alguns raros autodidatas que se tornaram os “mestres redeiros de cerco”. Com isso, a pesca com cercos-flutuantes assumiu características tipicamente “caiçaras”, como permanece até hoje (SECKENDORFF et al., 2009, p. 3).

Foi nesse período que a técnica começou a se espalhar pelo litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro:

Em Ubatuba, o primeiro registro de cerco flutuante se deu em 1942 com um cerco instalado na praia do Flamengo (Mussolini, 1980). Diegues (1973) registrou 25 cercos flutuantes trabalhando ao longo da costa de Ubatuba entre 1971/1972, e este número teria sido maior se considerados os cercos que tradicionalmente atuam nas ilhas da região, (ALVARENGA et al., 2011, p. 1).

O pai de Dona Antônia foi pescador de cerco e ela diz que “naquele tempo, cerco dava dinheiro”, mas que “depois não deu certo a sociedade com os caras do cerco e ele passou a ter

a rede dele mesmo”. A família toda se envolvia no reparo da rede, que exigia constante manutenção, e na pescaria também:

O meu pai tinha umas redes de pesca de tainha, grandonas, e aí fazia assim: uma semana a gente trabalhava na roça, outra semana nós trabalhava na pesca. Eles iam pescar, traziam as redes e a gente tinha que arrumar pra sair pescar de novo. Até hoje eu remendo rede, faço tudo na rede (Antônia Santana, em entrevista no dia 28 de julho de 2019).

Mas para pescar nem sempre precisava-se ir em alto mar. A coleta de animais como mariscos, ostras, caranguejos, entre outros, também fazia parte da rotina das famílias caiçaras. Antônia diz que até hoje vai “tirar guaiá”:

Quando a maré está vazia, bem baixinha, a gente tira debaixo da pedra. A gente leva a mão debaixo da pedra e tira, mas daqui ninguém faz isso, só eu tiro com a mão, é um siri preto. Tem o guaiamum, tem o siri, tem o guaiá e tem outro vermelho que esqueci o nome, que fica pernudo assim, também, é o siri candeia, é meio vermelho, tem uns pernao grande. Mas, o guaiá é fácil de tirar, você mete a mão na toca, toca a mão por cima dele e vai tirando, mas as minhas filhas não tiram não, só eu (Antônia Santana, em entrevista no dia 28 de julho de 2019).

A coleta e a pesca de cada espécie dependem muito das fases da lua e da época do ano. Segundo Antônia, na lua nova de maio é tempo de catar guaiamum: “Nóis falava aguata, aguata é que eles ficam tudo em cima do buraco”. E marisco, segundo ela, é só quando a maré está vazia. Nesse sentido, Fortes (2005) enaltece a importância da lua para o *modo de vida caiçara* e, sobretudo, para a pesca:

Para o caiçara, o papel do Sol é menos importante que o da Lua. É ela que controla e comanda seu tempo. É da Lua que dependem as marés, e as marés indicam o horário apropriado para armar e desarmar a rede de espera, o espinhel, as visitas aos cercos e às armadilhas. É também a maré que define a hora e o número de vezes que os lanços devem ser dados (FORTES, 2005, p. 38).

Além dos métodos artesanais de pesca, a canoa era um elemento presente no tempo de antigamente e que hoje se tornou um símbolo da cultura caiçara, mas “não era qualquer um que tinha canoa, também era uma coisa cara, precisava comprar canoa. Tinha o construtor que vendia ou trocava a base de escambo, mas tinha que ter alguma coisa para trocar”, pondera Mário Gato.

A canoa caiçara também está em processo de registro como patrimônio imaterial no IPHAN. Ela é importante não apenas pelo seu uso, mas também pelo modo como é feita. É um trabalho árduo, que tem início com a retirada de uma grande árvore da mata. Segundo Fortes

(2005), no litoral sul paulista, as árvores preferidas para construir uma canoa são: a canela, o ingá, o guapiruvu, o araticum, a bocaiúva, o pau-d'alho e a figueira. Já para a fabricação dos remos, utilizam o guacá, o guatambu e a canela.

Neco é um exímio construtor de canoas e as vende até hoje como artesanato. Ele disse que também está querendo fazer uma canoa para “corrida de canoas”, mas que a construção exige tempo, “uns dois, três meses” e critica:

Hoje estão fazendo na motosserra. Na motosserra é fácil, você faz um corte de canoa em três, quatro dias. Porque com a motosserra, você derruba madeira, já tora, já lavra, já cavoca, tudo na motosserra. Agora para fazer no machado não, aí você vai fazendo... (Manoel Moisés, em entrevista no dia 7 de julho de 2019).

E quando eu pergunto como ele aprendeu a fazer uma canoa, ele responde: “Aprendi sozinho, tudo eu aprendi sozinho”. Esse aprender “sozinho” não é bem “sozinho”, mas significa que não fez um curso ou não foi na escola que ele aprendeu, como é o jeito urbano ocidental de se aprender uma habilidade nova. A transmissão conhecimento no *modo de vida caiçara* é oral e, principalmente, através da convivência com os mais velhos. Paula também relata que “antigamente a gente aprendia as coisas tudo olhando os outros fazer. Minha mãe ia limpar um peixe, a gente ficava perto pra ver”.

Atualmente, há várias problemáticas que permeiam a atividade pesqueira caiçara: a legislação, que proíbe a pesca em algumas épocas do ano e de algumas espécies; a escassez de peixe devido a métodos de pesca muito avançados, que capturam todos os peixes em outras regiões e impedem a reprodução, fazendo com que os peixes nem cheguem até o litoral norte paulista; a poluição do ambiente marítimo com vazamentos de óleo de grandes navios. Mais recentemente, as pesquisas sísmicas na busca por petróleo vêm desnordeando os animais no ecossistema marinho; entre outros fatores.

Agora, porém, os pescadores e pescadoras estão mais mobilizados, organizam passeatas e participam mais das propostas políticas que envolvem a pesca no município. Há até um aumento no número de cercos em Ubatuba com relação ao início dos anos 2000, o que mostra que há uma intencionalidade dos pescadores em voltar a pescar com este método artesanal e que lhes confere uma identidade cultural.

1.5. A caça

Além da roça e da pesca, outra atividade rotineira era a caça de animais silvestres, uma rica fonte de alimentação. Os animais caçados nem sempre eram aqueles que estamos acostumados a ver hoje em dia nos mercados. Comia-se: tartaruga, passarinho, raposa, gambá, entre outros. Nesse sentido, Antônia faz um relato de como era naquele tempo:

No dia que mamãe falava que não tinha mistura, eu e meus irmão fazia urupuca, armava a urupuca, pegava estilingue, ia pra baixo da árvore e trazia um monte de passarinho: tiê, bem-te-vi, rolinha, uru. Uru é um passarinho, meio cinzento, uru e nambu. A gente pegava na urupuca e trazia tudo, chegava em casa depenava e mamãe botava no feijão, nossa! Saía uma panela de passarinho. Não precisa nada desse negócio de sair correndo pra fazer compra. [...] A gente pegava muita caça, gambá, raposa. Mês de maio e junho a gente passava o mês inteiro da caça de mata, não tinha nada desse negócio que hoje em dia é proibido pra matar (Antônia Santana, em entrevista no dia 28 de julho de 2019).

É importante refletir que, no *tempo de antigamente*, a atividade de caça das famílias locais não chegava a extinguir espécies ou desestabilizar a fauna. Além disso, era uma prática exercida exclusivamente para alimentação dos caiçaras. No entanto, atualmente, é uma das atividades mais restringidas pelas leis ambientais.

1.6. O artesanato caiçara

Devido à vasta oferta de materiais da natureza e a dificuldade para se ter acesso aos bens de consumo, era comum que os próprios membros da família produzissem os utensílios do dia a dia como: balaios, tapetes, redes, peneiras, tipiti, panelas, pilão, gamela, entre muitos outros.

Porém, assim como a canoa, não eram todas as pessoas que sabiam fazer esses objetos. Por isso, muitas vezes, eles eram vendidos ou trocados por comida, sal, querosene ou fazenda de roupa (tecido), mas raramente o artesanato era visto como a fonte principal de renda, esse interesse veio depois, com o aumento do turismo:

Existiam muitos fazedores de balaio, de canoa, de colher de pau, não era todo mundo que fazia. Então, servia como moeda de troca. As pessoas que faziam balaio no Sul ou no Norte de Ubatuba se concentravam na boca da barra de Ubatuba [Ilha dos Pescadores]. Ali, era um ponto de comércio, as pessoas vinham a pé, às vezes de canoa e a moeda de troca era mais no escambo mesmo, aqui não se usava muito dinheiro (Mário Gato, em entrevista no dia 22 de junho de 2019).

Essa produção artesanal proporcionava também autonomia para as famílias caiçaras, mas exigia árduo trabalho. Primeiro, extrair a matéria-prima da mata. Normalmente, os homens

iam buscar taquara, por exemplo, e traziam para as mulheres a transformarem em cestos e outros objetos. Depois era um longo processo: limpar, raspar ou deixar secar, entre outros procedimentos até que aquela matéria-prima pudesse ser trabalhada, trançada para virar um objeto.

Fortes (2005) faz menção a um registro da jornalista Ivanir Vicente de Oliveira, sobre a artesã caiçara D. Ana, evidenciando bem o processo de produção:

D. Ana faz cestos para costura e roupa, sacolas, peneiras, tipiti e outros objetos de utilidade doméstica. Aprendeu com a mãe a trançar a taquara-inhoçá, matéria-prima que ela utiliza e que seu marido busca na mata [...]. A taquara-inhoçá é colhida verde e antes de secar é raspada, ficando com a superfície lisa. Depois é cortada em tiras finas ou mais grossas, dependendo da peça a ser feita. Para as peneiras, D. Ana combina a taquara lisa com a não raspada para facilitar a separação dos grãos de sujeira e a formação de um desenho bonito. Para buscar a matéria-prima no mato, ele segue o calendário lunar: – Peço para o meu marido apanhar a taquara na lua minguante – conta D. Ana. E eu trabalho com ela na lua crescente, porque se for colhida em outra época a taquara fica bichada (OLIVEIRA, 1985 apud FORTES, 2005, p. 40).

Dona Antônia fala que sabe fazer tapete, abajur, balaio, mas que, depois que seu marido morreu, como não tinha mais quem buscasse taquara, ela parou de fazer, indicando mais uma vez a coletividade das atividades.

Com a introdução de outros produtos como utensílios de plástico, os bens artesanais deixaram de ser tão presentes nas casas das famílias caiçaras. Ainda assim, há mestres e mestras que prosseguem fazendo esses artefatos. Com o aumento do turismo, o artesanato caiçara passou a ser mais comercializado como peça de decoração. No entanto, para Mário Gato, o artesanato “é muito mais do que só uma peça de decoração. É uma identificação de que aqui ainda existem esses povos, sendo eles caiçaras, quilombolas, caipiras, ribeirinhos, indígenas. É essa diversidade que identifica o Brasil, são essas as matrizes do nosso povo”.

O material, os desenhos, o trançado, todas as características do artesanato comunicam sobre a cultura daquela(e) que o produziu. Nesse sentido, continuar produzindo o artesanato caiçara é uma forma de resistência.

Conhecendo um pouco mais dos elementos do *modo de vida caiçara*, nota-se como a vida no *tempo de antigamente* estava completamente inserida nos ciclos da natureza, no tempo das plantas e das marés. As atividades laborais, como a roça, a pesca e a caça, eram voltadas à sobrevivência e à venda de excedentes e se utilizavam majoritariamente de técnicas indígenas.

E ainda havia o tempo de celebração, as festas de mutirão, e as festas ligadas à religiosidade católica, herança dos colonos portugueses.

Todos esses elementos do *modo de vida caiçara* foram profundamente afetados com a chegada da estrada. Houve, em primeiro lugar, para muitas famílias, um impedimento físico, já que muitas perderam suas terras e, em segundo lugar, por muitos anos, esses hábitos passaram a ser desvalorizados culturalmente.

1.7. O período de construção da Rio-Santos

A Rio-Santos começou a ser construída em 1972 e o seu primeiro trecho foi aberto ao público em 1975 (CHASTAN, 1976). Para a construção, a estrada foi dividida em dois grandes trechos: o primeiro ia de Santa Cruz, bairro do município do Rio de Janeiro, ao centro de Ubatuba, primeira cidade do litoral paulista; o segundo iniciava no bairro da Praia Grande, em Ubatuba, e seguia até Santos.

Com a crise do petróleo em 1973, o traçado do segundo trecho sofreu alterações e algumas obras não foram concluídas – até os dias atuais há viadutos abandonados na altura do município de São Sebastião (SP). A estrada também teve que ser ligada em alguns pontos à rodovia SP-55, como o trecho Ubatuba-Caraguatatuba, que já existia desde a década de 1950.

Segundo o artigo “Rio-Santos: A estrada do futuro”, publicado na revista *O Empreiteiro* de junho de 1972, “as obras do primeiro trecho de Santa Cruz a Ubatuba, totalizando 257 km, foram iniciadas logo após a assinatura dos contratos com as firmas empreiteiras, a 14 de janeiro de 1972” (“Rio-Santos: A estrada do futuro”. In: *O Empreiteiro*, jun. 1972, p. 18).

O primeiro trecho foi subdividido ainda em oito subtrechos, sendo o mais relevante para esta pesquisa o último deles, que cortou quase toda região norte de Ubatuba, indo do Rio da Fazenda ao centro da cidade, com uma extensão de 36,6 km. Esse subtrecho ficou a cargo da construtora Andrade Gutierrez e era o único sob responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), enquanto os sete primeiros eram de responsabilidade do sétimo distrito rodoviário. O valor do contrato com a construtora foi de Cr\$ 111.82.080,00 (Cf. *O Empreiteiro*, jun. 1972).

Neco foi um dos trabalhadores da Rio-Santos, trabalhou por 11 meses como funcionário da Andrade Gutierrez: “Na Gutierrez, eu sempre trabalhei com madeira. Eu era empregado da firma, então, construía a galeria, mas depois vinha cobertura de barro pra passar a estrada”. Além de galeria, fez tesoura, casas de tábua, caixamento, entre outras estruturas. Segundo Neco,

a empresa trouxe cerca de 150 homens da região da Bahia, onde eles estavam trabalhando anteriormente em outra obra. “Aí quando eles [Gutierrez] vieram pra cá, trouxeram um bocado de gente de lá. Teve alguns que não quiseram vir, aí ficaram por lá. O que veio foi pouco. Aí aqui foram pegando gente, o que aparecia, pegavam. Que nem eu mesmo”. Ele relata que um dia estava em sua casa e um funcionário da Gutierrez passou lá e perguntou: “Quem fez isso aí?”. Ele, então, respondeu: “Fui eu”. “Amanhã pode ir lá na Gutierrez que você tá empregado”. E foi assim que começou a trabalhar na construção da estrada.

No período em que foi funcionário da empresa, ele disse que havia cerca de 250 homens trabalhando. “Quando terminou parece que tinha 1.200. Eles trouxeram gente para terminar a obra”. Esse reforço de mão-de-obra deveu-se ao fato de que a obra, que estava prevista para dois anos, já estava se aproximando do quarto ano de execução, devido às chuvas e ao terreno montanhoso.

Paula conta que era muita gente, inclusive, seu pai alugou a sala e o quarto de sua casa na Barra Seca para um empregado da Gutierrez que veio de Ilhéus, na Bahia: “Tinha gente daqui que trabalhava, mas a maioria vinha de fora”, esclareceu. Pelos relatos dos entrevistados, os trabalhadores vieram de vários Estados, alguns dos citados foram: Bahia, Minas Gerais, Alagoas e Sergipe.

A construção da Rio-Santos e, especificamente, do oitavo subtrecho enfrentou muitas dificuldades devido aos aspectos geográficos. A matéria da Revista *O Empreiteiro* assim descreve este subtrecho: “Partindo do rio da Fazenda a diretriz atravessa numerosos rios que descem a encosta da Serra do Mar. O relevo acidentado exige grande volume de cortes em rocha. Serão construídos no subtrecho: oito pontes, com extensão total de 460m.” (*O Empreiteiro*, jun. 1972, p. 22).

Neco relembra uma ocasião em que aconselhou um grupo de trabalhadores que não estavam conseguindo fazer a estrutura para a construção da ponte do Rio Quiririm:

Lá no Quiririm, a gente entrou no mato: cortava a madeira e puxava, o tamanho da madeira que desse. Aí tinha um tifo que puxava a madeira, a gente puxava até a beira do rio, aí de carro a turma chegava lá ajudava e trazia para fazer. Aí no meio do rio, eles fizeram um chiqueiro: botavam um assim, o outro assim, o outro assim... iam fazendo aquela pilha...aí quando a maré vinha, desmontava tudo aquilo, virava tudo. Aí tinha que juntar aquele madeirame tudo de novo. Aí um dia eu falei assim pra eles:

–“Pra vocês ver se ficar melhor, chega no meio do rio, enfica uma madeira, vai botando a madeira e vai amarrando”.

(...)

Aí eles fizeram e a hora que a maré começou a subir, ela começou a entortar, mas ela não derrubou. Ficou. Aí depois no outro dia, quando a maré baixou, eles botaram no lugar, aí que fizeram mais alta, aí passou. Porque em cima daquelas madeiras era pra botar madeira de novo para um lado e para o outro

para fazer a ponte pra máquina passar pra lá. Aí eles fizeram assim, aí construíram e aí a máquina passou pra lá (Manoel Moisés, em entrevista no dia 7 de julho de 2019).

Ele ainda conta que depois do Quiririm não quis mais seguir com a “turma”, porque tinha muito borrachudo que mordiam insistentemente, mesmo eles passando com frequência altan² que “só não podia passar no rosto”, mas passavam nas pernas, nos braços, porque “não tinha camisa de manga cumprida”, mas “a hora que acabava aquilo ali [altan], nossa senhora, você via que ele vinha e batia no rosto da gente pra morder mesmo, era muito borrachudo, muito, muito, muito”.

Neco também relata que “cortaram muitos morros” para a estrada ficar mais ou menos homogênea: “Cortava com a máquina, vinha aquelas máquinas. Aí subiam aqueles morros e iam cortando, derrubando, jogando a terra até fazer a estrada no limite que ficou”. E naqueles lugares que eram só pedra, foi preciso usar um compressor que furava a pedreira o dia todo e quando chegava à tarde “eles davam fogo naquilo ali”:

Um dia eu tava vindo da Itamambuca, quando eu cheguei perto de casa [na Praia Vermelha], os caras gritando “fogo, fogo”, mas pô os caras não fecham a estrada lá. Aí quando eles gritaram, eu comecei a correr pro lado de casa, quando eu cheguei em casa explodiu lá. Eu comecei a olhar para o lado do mar era só pedaço de pedra que ia para lado do mar, *porque a pedra não tem destino*, quando explode ela vai pra qualquer lado (Manoel Moisés, em entrevista no dia 7 de julho de 2019).

Neco conta que um dia lhe deu na cabeça de sair da empresa. Um dos motivos era porque estava insatisfeito, pois era registrado como “oficial”, mas ganhava como “meio-oficial”, ou seja, recebia Cr\$600 a menos do que vinha escrito em sua folha de pagamento. Segundo ele, no mesmo posto que o seu havia mais dois funcionários e meses após sua saída, a empresa regularizou a situação daqueles que continuaram trabalhando. Ainda assim, Neco diz que a Andrade Gutierrez foi uma firma muito boa pra ele.

1.8. Os conflitos de terras gerados pela chegada da estrada

Diegues (1974) realizou, antes da construção da estrada, uma enquete com pescadores industriais (tripulantes e mestres) e artesanais (donos dos aparelhos de pesca e camaradas) de

² Produto utilizado como repelente.

Ubatuba e observou que a maioria dos pescadores, 80%, acreditava que a estrada traria melhorias:

Dentre as categorias profissionais, os tripulantes são os mais otimistas, pois 91,9% acham que a estrada trará melhorias ao passo que a maior porcentagem dos pessimistas está entre os artesanais, pois acham que com a estrada acabar-se-á o “sossego”, virão os “jagunços” tomadores de terra, etc. (DIEGUES, 1974, p. 56).

Infelizmente, o que aconteceu foi exatamente o que os pescadores artesanais temiam. É complexo dimensionar e generalizar os benefícios³ e malefícios que a estrada trouxe para a vida das famílias caiçaras, mas fato é que com a construção da rodovia suas terras se valorizaram exponencialmente e a presença de jagunços e grileiros passou a incomodá-las constantemente.

Antes da estrada, a maioria das casas das famílias caiçaras era de pau-a-pique. Das famílias cuja moradia estava no traçado da Rio-Santos no trecho de Ubatuba, a Andrade Gutierrez mandou construir uma casa de tábua em um lugar próximo e não pagou nenhum tipo indenização, nem a empresa e nem o governo. As terras que tinham outra função, como a agricultura, foram se extinguindo, já que o interesse pelos terrenos da região passou a ser muito alto. Segundo Neco, “o pessoal quando soube ‘ah, a estrada vai passar’, já começou a comprar terreno, comprar terreno...tomar terreno, né? Aí foram tomando os terrenos da turma por aí”.

Dona Antônia faz um relato significativo que explicita a mudança drástica e rápida no *modo de vida caiçara* com a chegada da estrada:

Quando a estrada passou, a gente tinha uma casinha que era ali onde é a estrada, eu morava com meu pai ali. Aí, quando a estrada passou, eles tiraram a gente dali da casa, quase derrubaram nossa casa, porque, quando eles tiraram nós, a terra estava derrubando a parede da casa. Aí tiram nós, passaram pra cá, fizeram uma casa de tábua e a gente começou a viver nessa casa, só que eles não pagaram nada! Cortaram, escangalharam, **tiraram nossos anos de plantação, banana, laranja**, nós tinha muita plantação, tiraram tudo, acabaram com tudo e nós ficamos com essa casinha de tábua ali (Antônia Santana, em entrevista no dia 28 de julho de 2019, grifo meu).

Muitas outras famílias caiçaras perderam por não terem amparo judicial, assinavam contratos sem saberem ao certo sobre o que se tratava, sob pressão, e tempos depois eram obrigados a deixar suas casas:

Faziam um documento de toda aquela área, inclusive, onde o caiçara tava morando, porque ele vendeu um pedaço de terra e tava morando em outro... faziam o documento e aí vinham com o documento: “Ó, vim aqui trazer o documento que o senhor vendeu pra mim”. Não sabiam ler, eles acreditavam,

³ Como benefício, Neco e Dona Antônia apontam, por exemplo, o fim das longas caminhadas. “Acabou aquele negócio do pessoal trazer as coisas nas costas”, afirmou Neco. E Dona Antônia resumiu: “(..) saiu tudo aquele pobrema que a gente tinha de andar a pé”.

acreditavam mesmo, era muito inocente o povo. Aí eles pegavam o dedo, não sabiam assinar, faziam aquilo... Aí passava um tempo: “Ó, o senhor tem que sair daí...”. Às vezes esperava o velho que já estava quase morrendo, morria, aí ficavam os filhos lá: “Não, o seu pai vendeu pra mim aqui, tá aqui o documento, ele vendeu tudo, vocês vão ter que sair”. “Como assim papai vendeu?”. “Vendeu, vocês vão ter que sair, tá aqui o documento”. Aí arrumava um advogado, botava todo mundo pra correr...Isso aí aconteceu demais de falsificar documentos, aumentar documento de compra de terras. Depois teve um período que botaram fogo no fórum de Ubatuba, queimou todos os registros antigos dos caiçaras⁴. Isso foi proposital, teve muito advogado envolvido daqui de Ubatuba que trabalhava na prefeitura (Mário Gato, em entrevista no dia 22 de junho de 2019).

Neco contou uma história que aconteceu com o seu sogro:

A terra que meu ex-sogro morava era deles, só que o meu sogro tinha vendido nos anos 1960 e ficou uma parte de terra lá que não tinha sido vendida. Aí tinha um advogado que se chamava Geninho, aí veio um engenheiro de Minas, o doutor João que queria tirar meu sogro de lá sem dar nada. Aí meu sogro falou: “Não, não vou sair, eu não tenho pra onde ir, como é que eu vou sair daqui?”. Porque eles tinham vendido, mas não tinham assinado nada. Aí esse cara que me deu serviço, que era encarregado de madeiramento, Seu Arcino, falou: “Ói, fala para o seu sogro não assinar a escritura, porque se ele assinar a escritura, ele sai hoje mesmo”. Porque tinha vendido nos anos 1960 e nós já tava em 1973. Aí eu cheguei e falei pro meu concunhado, aí falei: “Fala pro velho não assinar a escritura, porque o Seu Arcino falou pra não assinar. Se assinar hoje, amanhã tá na rua”. E o advogado chamou meu sogro pra ir na cidade assinar a escritura, aí o velho falou pra ele: “Não, eu não vou assinar a escritura não”. Aí o advogado: “Se você não assinar, o juiz assina”. Aí, o Seu Arcino tinha orientado: “Não fica com medo do que o advogado vai falar, só não vai, não pode assinar a escritura”. Se ele assina, ele tinha perdido tudo. Aí a estrada passou, aí foi passando o tempo. [...] O juiz deu a causa em nosso favor (Manoel Moisés, em entrevista no dia 7 de julho de 2019).

Mário Gato conta que ouviu muitas histórias de pessoas que trocaram pedaços de terra por objetos:

Chegavam as pessoas aqui trazendo coisas que não eram do dia a dia do caiçara, então, chamava muita atenção. Como se fosse índio mesmo, rádio, cesta básica, televisão...eles iam ganhando o caiçara com essas coisas, com a novidade porque para eles era costumeiro, mas não aqui no litoral. Mas houve muito isso daí. Até de empresários batizarem filhos de caiçara e depois nunca mais aparecer, depois que tinha conseguido comprar as terras (Mário Gato, em entrevista no dia 22 de junho de 2019).

Em alguns locais ao longo do traçado da rodovia, a disputa pela terra foi conflituosa. Considerando os municípios de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba, o *Relatório de Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* aponta que 56 dos

⁴ Não encontrei mais informações sobre esse episódio.

219 conflitos identificados no Estado do Rio entre 1946 e 1988 ocorreram nestes municípios (MEDEIROS et al., 2015).

Tanto o relatório (2015) como Siqueira (1984) revelam como as estratégias usadas para a expulsão dos caiçaras de suas terras no litoral sul-fluminense foram violentas e diretas, com a ação de jagunços, que queimavam casas e faziam ameaças à mão armada: assim, “A ocorrência de ações dessa natureza foi facilitada pela omissão do Estado, quer no plano nacional, quer estadual” (FEITOSA e SILVA, 2015, p. 304).

As pressões também se deram por caminhos mais sofisticados do que a violência explícita. Siqueira (1984) narra um caso que ocorreu na praia de Toque-Toque Pequeno, costa sul do município de São Sebastião (SP). Eulália Lara de Oliveira, proprietária de um bar na beira na praia no final da década de 1970, se recusava a vender sua terra para a construtora Albuquerque Takaoka, que já havia comprado boa parte das terras dessa praia e almejava a construção de um grande empreendimento imobiliário. A empresa propôs uma troca: Eulália vendia sua terra e eles lhe concederiam outra mais afastada da praia.

Para que Eulália cedesse à proposta (...), o administrador da Albuquerque Takaoka em Toque-Toque Pequeno, um sargento reformado da Marinha do Brasil, conhecido na praia como Capitão, abriu também outro bar, de propriedade da empresa. Podendo apresentar preços muito mais baixos que os oferecidos por Eulália – já que esses bares funcionam também como pequenos armazéns – Capitão também proibiu que os funcionários da empresa se abastecessem em qualquer outro estabelecimento se não o seu. (SIQUEIRA, 1984, p. 19-20).

À Eulália não restou outra alternativa, senão vender sua propriedade. O caso de Eulália é um dos poucos que conseguiu receber algum tipo de registro no litoral norte paulista.

Por essas histórias de violação aos direitos e centenas de outras que se sucederam com a construção da estrada, podemos considerar que a Rio-Santos é uma pequena parte de um processo mais abrangente, que caracteriza um projeto de modernização e que, na prática, se sucedeu de modo autoritário e arbitrário, favorecendo os empresários e desconsiderando as populações afetadas.

Capítulo 2 - Rio-Santos: uma parcela da Modernização Conservadora

Os primeiros registros de idealização da Rio-Santos datam da década de 1960⁵, no entanto, ela foi materializada em meados da década 1970. Essa estrada foi uma das grandes obras rodoviárias da ditadura militar, sob a gestão de Mário Andreazza como Ministro dos Transportes (1967-1974), figura importante no fortalecimento da relação entre o Estado e as construtoras nacionais (CAMPOS, 2014). Assim, esse trecho da BR-101 é uma parcela do projeto nacional-desenvolvimentista, que caracterizou a atuação dos governos militares (1964-1985) e efetivou no Brasil uma modernização conservadora.

O conceito de modernização conservadora foi cunhado por Barrington Moore Jr., em sua obra *As origens da ditadura e da democracia* (1975), a fim de caracterizar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. De acordo com Pires e Ramos (2009), que analisam a obra de Moore Jr.,

o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários (PIRES e RAMOS, 2009, p. 412).

Assim, a modernização conservadora foi uma revolução vinda de cima, que não rompeu definitivamente com estruturas do Antigo Regime e que, portanto, não efetivou mudanças essenciais como o acesso igualitário à terra:

Na modernização conservadora, as tradicionais elites agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa aos processos de democratização a um compromisso: a modernização fazia-se, sob a liderança e levando muito em conta os interesses dos proprietários agrários, conformando-se uma “subjetividade coletiva” centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias (DOMINGUES, 2002, p. 460-461).

Além da via autoritária, caracterizada pela modernização conservadora, Moore Jr. (1975) aponta dois outros caminhos históricos que levaram à modernização: a via democrática, que se sucedeu em países como Inglaterra, França e Estados Unidos e que lograram romper

⁵ O político e empresário Carlos Lacerda afirmara que, quando era governador da Guanabara (1960-1965), havia sido procurado por Francisco Matarazzo Sobrinho, o Ciccillo, para a formação de uma autarquia interestadual, que objetivava planejar o desenvolvimento da área litorânea de São Paulo e do Rio de Janeiro, pois, segundo Lacerda, Ciccillo já previa a construção de uma estrada na região. Ciccillo Matarazzo foi prefeito do município de Ubatuba pelo Partido Social Progressista (PSP) de 1964 a 1969 e foi responsável por obras de modernização na cidade (LACERDA, Carlos. “Algo mais que turismo na Rio-Santos”. In: *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1972. Recorte disponível no CEDIC – PUC/SP).

com as estruturas sociais, políticas e econômicas do Antigo Regime; e a via socialista revolucionária, que se desenvolveu em países como a Rússia e a China.

Nesse sentido, a teoria de Moore Jr. é uma das mais bem-sucedidas na tentativa de analisar as transições para modernidade. Para Domingues (2002), em especial, a via autoritária parece se encaixar com a trajetória do Brasil. Essa comparação é pertinente, uma vez que o processo de modernização do Brasil se intensifica a partir do início do século XX e ganha fôlego em dois momentos politicamente totalitários: a ditadura varguista (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985). Além da via autoritária, outro ponto em comum é que, no processo de modernização brasileiro, não houve reformas fundamentais, entre elas, a reforma agrária.

No entanto, há que se fazer as mediações históricas necessárias. Segundo Pires e Ramos (2009), com base nos estudos de Bendix (1996), pode-se afirmar que, no Brasil, “a elite nacional não teve preocupação em expandir a cidadania para parcelas significativas da população, ao contrário do caso alemão e japonês, que incorporou as classes inferiores à sociedade” (PIRES e RAMOS, 2009, p. 420).

Além disso, a própria condição do Brasil como país periférico muito se difere da condição de país central em que se encontram a Alemanha e o Japão, assim, há que se questionar se a modernização se efetivou por completo no Brasil. Sobre esse ponto, Bendix (1996) pondera que:

(..) a sociedade industrial não é o simples conceito que algumas vezes se supõe que seja; a industrialização das sociedades economicamente atrasadas é uma questão aberta, a ideia de que tradição e modernidade como mutuamente excludentes é falsa. A experiência mais genérica é de que as sociedades industriais modernas mantêm suas várias tradições divergentes. É, portanto, apropriado considerar o fenômeno do desenvolvimento parcial (BENDIX, 1996 apud PIRES e RAMOS, 2009, p. 414).

Considerando essa ideia de desenvolvimento parcial, a Rio-Santos foi planejada e construída para estimular a expansão da modernização na região litorânea do Estado de São Paulo e no litoral sul-fluminense. Mais do que estimular, essa rodovia foi uma peça-chave para a continuidade de um projeto de modernização que vinha se estabelecendo nessas áreas, com a implantação de empreendimentos como a Usina Nuclear em Mambucaba, Angra dos Reis (RJ), que iniciou sua instalação concomitantemente à construção da estrada; o Porto e o Terminal Marítimo Almirante Barroso da Petrobrás (TEBAR) na cidade de São Sebastião (SP); e o terminal portuário de escoamento de minério de ferro da Ilha Guaíba em Mangaratiba (RJ); entre outras iniciativas que necessitavam de uma via rodoviária eficiente para escoar sua produção e facilitar o acesso a elas:

Dando continuidade à Avenida Brasil e sua ligação com a Ponte Rio-Niterói, a Rio-Santos deveria servir ao Parque Siderúrgico e Industrial de Santa Cruz, no antigo Estado da Guanabara; ligar o porto de minérios de Sepetiba; passar fora das áreas urbanas dos municípios diretamente servidos, para não interferir na normalidade de suas vidas; servir o estaleiro e o porto de Angra dos Reis, a Usina Nuclear que se constrói em Mambucaba (Furnas), o terminal petrolífero de São Sebastião e levar turismo a todas as vilas e cidades praianas do percurso (CHASTAN, 1976, p. 81).

Essa modernização foi conservadora, pois manteve o pacto entre as elites e o governo, ou seja, no caso da Rio-Santos, não houve a participação das comunidades locais nesse projeto, como visto no Capítulo 1 desta dissertação. Nesse sentido, a modernização foi autoritária, imposta de cima para baixo, desconsiderando as realidades existentes nas áreas atingidas.

A obra da Rio-Santos é, portanto, uma pequena parte do projeto de modernização conservadora implantado durante os governos de Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974). Assim, em trabalhos que buscam compreender a perspectivas das comunidades locais, algumas questões são centrais quando se fala sobre a modernização: modernizar a que custo e modernização para quem?

2.1. A Política Nacional dos Transportes

No Brasil, segundo Campos (2014), o setor rodoviário começou a ser fortemente impulsionado pelo Estado a partir da década de 1940. Desde então, a aproximação entre órgãos do Estado e as construtoras brasileiras se intensificou, o que viabilizou ao longo do século XX a abertura de dezenas de estradas. Um período emblemático para esse setor foi de 1967 a 1974, quando o coronel Mário Andreazza assumiu o recém-criado Ministério dos Transportes e Eliseu Resende passou a ocupar a chefia do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER):

Andreazza foi o primeiro titular da pasta dos Transportes do país, ministério criado pelo Geipot Lafayette Prado e derivado do Ministério de Viação e Obras Públicas. Foi ministro por sete anos (1967-1974), sendo um dos que se manteve no posto durante todos os anos dos governos Costa e Silva e Médici. Nesse período, aproximou-se dos empreiteiros e liderou grandes viários nacionais, com ênfase na construção rodoviária, sendo sua gestão responsável por obras como a pavimentação da Belém-Brasília, a construção da Transamazônica, da Rio-Santos, da ponte Rio-Niterói, da Perimetral Norte e da Cuiabá-Santarém (CAMPOS, 2014, p. 290-291).

Na Biblioteca Nacional, foi possível ter acesso a dois documentos de mesmo nome: *Os transportes no Brasil: planejamento e execução*. Ambos são publicações oficiais do Ministério dos Transportes e buscam explicar e divulgar a Política Nacional dos Transportes, lançada em

1967, seus princípios e objetivos. O documento mais antigo foi elaborado com base na conferência de Mário Andreazza, pronunciada na Escola Superior de Guerra (ESG) em 26 de junho de 1972; e o segundo em outra conferência do Ministro dos Transportes realizada em julho de 1973, também na ESG.

Por meio desses textos, é possível extrair as estratégias do governo para implantar a industrialização sem perder o controle. Assim, a integração nacional era tida como um dos objetivos principais dos planos governamentais e, portanto, o sistema viário era um ponto-chave para garantir o êxito dessa integração. Segundo Andreazza (1972), uma das três ordens de necessidades da Política Nacional dos Transportes era:

O fortalecimento da integração e unidade nacional, tornando possível a ação governamental junto aos aglomerados humanos esparsos em todo território. Visava-se, com isso, **levar os benefícios** da ação governamental a todos os recantos do País, proporcionando esses benefícios a todos os brasileiros, dentro da ideia da valorização do homem (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (Brasil), 1972, p. 10, grifo meu).

Esse processo de “expansão das fronteiras do desenvolvimento”, como caracterizou Andreazza em outro momento da conferência, se deu de modo impositivo e violento, como visto no capítulo anterior, desse modo, os “benefícios” da ação governamental se traduziram em milhares de conflitos por terra e de expropriados.

No acervo digital do Arquivo Nacional, foram encontradas fotografias que mostram Mário Andreazza no aeroporto de Ubatuba em visita às obras da Rio-Santos. Não há informação de quem são as pessoas que acompanhavam o ministro, que aparece nas imagens de calça e camisa claras, entretanto, é possível notar que há pessoas que ocupam cargos militares e que não há a presença de comunitários (Figuras 3 e 4):

Figura 3 e Figura 4 - Mário Andreazza no aeroporto de Ubatuba, em visita às obras da Rio-Santos.



Fonte: Acervo digital do Arquivo Nacional, Fundo da Agência Nacional.

A Figura 5, por sua vez, mostra um trecho já desmatado, porém a rodovia ainda não finalizada, e Mário Andreazza caminhando até um automóvel.

Figura 5 - Trecho em fase de pavimentação para a construção da rodovia.



Fonte: Acervo digital do Arquivo Nacional, Fundo da Agência Nacional.

Além da integração nacional, outras duas ordens de necessidade nortearam o planejamento dos transportes nesse período: a circulação de bens e pessoas e a defesa nacional. Para contemplar a primeira delas, a Política Nacional dos Transportes priorizou obras que contribuíssem com um sistema viário intermodal:

(...) procurou-se fixar os grandes objetivos de forma a que o Brasil pudesse dispor de um **sistema viário racionalmente coordenado em sua exploração intermodal**, buscando a integração harmoniosamente considerada em seu desenvolvimento, mediante um planejamento global, de modo a assegurar a consecução de um sistema nacional de transportes, fugindo, assim, aos interesses locais e às fronteiras estaduais, segundo estudos e projetos que visassem, sobretudo, ao **interesse nacional** (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (Brasil), 1972, p. 9, grifos meus).

Assim, pressupõe-se ser esse um dos motivos de a Rio-Santos ter sido planejada com esses extremos, obedecendo a premissa de um sistema nacional de transportes intermodal. “Estrada Rio-Santos: vitória sobre o tempo e a distância que separam os dois mais importantes portos do Brasil”: essa é a fala que inicia o produto filmográfico *A Estrada do Sol*⁶, produzido pela Agência Nacional em 1972. O filme de apenas 10 minutos exhibe imagens da Rio-Santos sendo construída, enquanto um casal jovem e, aparentemente, de classe alta, viaja em um automóvel admirando o litoral, evidenciando outra grande intenção do governo com a rodovia: o turismo.

2.2. A estrada do turismo

Desde a sua concepção, a Rio-Santos também foi pensada como a “estrada do turismo”. A Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) delegou à empresa francesa Scet Internacional o desenvolvimento do Projeto Turis, elaborado entre os anos 1972 e 1973:

Cada novo palmo de estrada consegue medir um novo índice de desenvolvimento potencial. O litoral Rio-Santos, porque região de **vocação turística inata**, atingirá as etapas todas de seu pleno desenvolvimento incorporando os objetivos que o querem região turística de prioridade primeira.

A EMBRATUR, responsável pela manipulação da problemática do turismo no Brasil, procurou, através do estudo específico denominado Projeto TURIS – realizado com o concurso da SCET INTERNACIONAL – evidenciar as possibilidades do desenvolvimento turístico deste litoral procurando preservá-lo de uma ocupação predatória e alienante (EMBRATUR, 1975, p. 1, grifo meu).

⁶ Produto filmográfico disponível no Arquivo Nacional no Fundo da Agência Nacional. Série – Filmes. Código de Referência: BR RJANRIO EH.0.FIL, DCT. 36.

No Projeto Turis, as soluções para os possíveis problemas da Rio-Santos foram comparadas às soluções de três projetos turísticos franceses: Côte d'Azur, Languedoc-Rousillon e Côte d'Aquitaine (EMBRATUR, 1975, p. 17). Apenas com essas indicações comparativas, já é possível notar a distância entre o projeto e a realidade local, já que não foram desenvolvidas análises dos aspectos locais e nem promovidos diálogos com as comunidades que residiam nas áreas atingidas.

O estudo elencou como possíveis pontos turísticos 250 praias e 60 ilhas entre as cidades de Mangaratiba (RJ) e Bertioga (SP) e classificou-as de acordo com suas capacidades. As localidades foram categorizadas em A, B e C – sendo A referente a áreas que possibilitariam um turismo de “alta qualidade” com menos banhistas por m²; C referente a locais propícios para um turismo mais econômico com maior número de banhistas por m²; e B o meio termo entre os dois.

Muitas dessas áreas evidenciadas como aptas para abrigar empreendimentos turísticos eram ocupadas por famílias que, ao longo do processo de colonização e formação do Brasil, foram se estabelecendo nessas regiões. Os relatores do documento, praticamente, desconsideraram essa ocupação. O projeto dedicou apenas uma página para tratar sobre o passado e o presente da ocupação da região, que foi avaliada como pouco expressiva, além de caracterizar como pitorescas as vilas de pescadores que existiam por todo o litoral:

A ocupação do litoral entre Mangaratiba e Bertioga é muito dispersa, pontilhada de pequenas aglomerações, algumas das quais bastante ativas e circundadas por zonas rurais pouco desenvolvidas. A atividade rural é, até hoje, a fonte essencial da economia regional. O sistema de exploração se conservou tradicional, sem sintomas de desenvolvimento da mecanização. A pesca fornece alguns subsídios para incrementar os recursos da população e deu origem a **pitorescas vilas de pescadores**, um dos cunhos mais típicos do litoral (EMBRATUR, 1975, p. 5, grifo meu).

A Figura 6, apresentada a seguir, é parte do “Plano de Programa 3” do Projeto Turis e evidencia as intenções para o trecho que compreende as praias de Ubatuba próximas à fronteira com Paraty (RJ), são elas: Promirim, Poruba, Ubatumirim, Fazenda, Picinguaba e Camburi. Os pictogramas mostram que essas áreas foram qualificadas como propícias para a instalação de campos de golfe, centro hípico, porto de recreio, conjunto esportivo, entre outros (EMBRATUR, 1975).

Verdade evidenciou e detalhou muitos desses casos, como aponta, por exemplo, o seguinte trecho:

Em 1970, cerca de 700 Parakanã foram transferidos de seu território tradicional, entre os rios Tocantins e Xingu para a aldeia Pucuruí e para a reserva indígena Parakanã. Ainda em 1970, outros 40 Parakanã morreram – novamente por infecção gripal. O presidente Emílio G. Médici assinou então o decreto (Decreto no 68.913, de 13 de julho de 1971) de demarcação da reserva indígena Parakanã. Os trabalhadores da Transamazônica começaram a invadir a reserva e, durante esses contatos iniciais, tem-se notícia de que trabalhadores da estrada presenteavam os homens Parakanã e violentavam várias mulheres. Os relatos também dão conta de que os próprios agentes da Funai praticaram violências sexuais contra as mulheres.

(...) Outro povo da região também sofreu as consequências dessa política [PIN]: os Arara tiveram seu território cortado ao meio em 1970 pelo traçado da Transamazônica, o que os levou a viver em fuga constante e a ter seu território crescentemente invadido. Tal situação de insegurança resultou na desestabilização de sua vida produtiva – os Arara não podiam fazer roças ou casas, por exemplo –, na desagregação social e no seu isolamento em pequenos grupos (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 229-230).

Apesar dos diversos conflitos, o discurso dos órgãos oficiais era de que os projetos iriam favorecer regiões praticamente desabitadas. A publicação *Os transportes no Brasil: planejamento e execução*, elaborada com base na conferência de Mário Andreazza em 1973, caracteriza a Rio-Santos como “rodovia com aspectos pioneiros de colonização”:

Deu-se início à construção do trecho da BR-101 entre o Rio e Santos, no litoral paulista, que terá a extensão total de 536,4 km, **rodovia com aspectos pioneiros de colonização** e que **desbravará** regiões de rara beleza natural, contribuindo seguramente para mais amplo desenvolvimento do turismo no país (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (Brasil), 1973, grifo meu).

Na outra publicação de mesmo nome, com base na conferência de Andreazza de 1972, o vocábulo “colonização” também é utilizado para caracterizar os objetivos do setor rodoviário:

Em relação ao Setor Rodoviário, considerando as proporções geográficas do nosso território, o seu elevado índice de continentalidade e uma fronteira terrestre de quase 16 mil Km, procurou-se, sobretudo, no planejamento das nossas rodovias assegurar a **colonização** e a unificação territorial.

O uso de termos como “colonização”, “desbravar” e “zonas virgens” evidenciam a visão do governo sobre as populações locais, dando margem para traçar um paralelo entre esse momento de modernização conservadora e outros momentos da História do Brasil, nos quais o contato com diferentes culturas também se deu de maneira hierárquica, autoritária e extremamente violenta.

Por fim, com a crise econômica, decorrente da crise do petróleo em 1973, o Projeto Turis não logrou ser colocado em prática como previsto, assim como outros planos do governo, mas muitas de suas orientações e intenções seguiram adiante.

A própria publicação do Projeto Turis em 1975 objetivava divulgar essas informações para investidores e empresários: “Elaborado em 1972/73, o TURIS é agora editado pela EMBRATUR, considerando sua imprescindibilidade para os investidores, os empresários, os técnicos e o público em geral” (EMBRATUR, 1975, p. 3). Também se sabe que algumas orientações do estudo foram aproveitadas em planos municipais, como é o caso do Plano de Desenvolvimento Físico e Territorial de Angra dos Reis, elaborado em 1981 (SILVA, 2018).

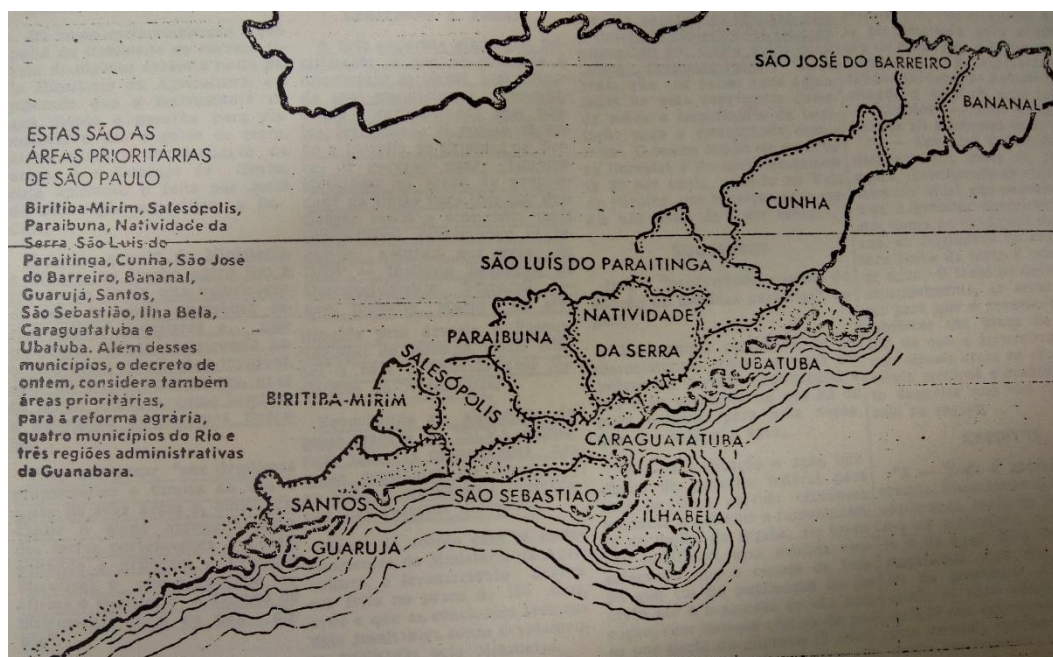
Mesmo sem o Turis ter sido colocado em prática *ipsis litteris*, a intenção de transformar essa região litorânea em um polo turístico se concretizou. O turismo de massa se intensificou exponencialmente com a abertura da rodovia. Nessa nova realidade, o que se viu foi o aumento da especulação imobiliária, a mudança de famílias reconhecidas como caiçaras para regiões periféricas, a urbanização das cidades, a construção de condomínios e resorts e uma massa cada vez maior de turistas abarrotando as praias nas temporadas de verão.

2.3. As tentativas de controle das terras por parte do Estado

Ainda que o discurso do “progresso” e da “colonização” permeasse as publicações oficiais para justificar e emplacar a construção da rodovia, o governo de Emílio Médici (1969-1974) estava ciente de que os conflitos de terras iriam se intensificar com a construção da estrada e o quão prejudicial poderia ser a descaracterização da região para o turismo. É o que se pode presumir, já que no dia 16 de agosto de 1972, com base no Estatuto da Terra (1964), o presidente Médici publicou o decreto nº 70.986, declarando todos os municípios cortados pela rodovia como áreas prioritárias para reforma agrária, numa tentativa de mostrar o controle do Estado sobre essas terras (BRASIL, 1972).

No Estado de São Paulo foram declaradas áreas prioritárias os municípios de Biritiba-Mirim, Salesópolis, Paraibuna, Natividade da Serra, São Luiz da Paratinga, Cunha, São José do Barreiro, Bananal, Guarujá, Santos, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba. E no Rio de Janeiro os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, além das regiões administrativas de Santa Cruz, Campo Grande e Jacarepaguá, pertencentes na época ao Estado da Guanabara (Figura 7).

Figura 7 - Municípios de São Paulo decretados como áreas prioritárias para Reforma Agrária



Fonte: *Jornal da Tarde* (1972).

O documento ainda considerava as florestas e demais formas de vegetação existentes como áreas de preservação permanente e delegou a responsabilidade sobre elas ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Para esclarecer os motivos que levaram ao decreto, o então ministro da agricultura Luís Fernando Cirne Lima elaborou uma nota, reproduzida pelo jornal *O Estado de São Paulo* no dia 17 de agosto de 1972 sob o título “Terra é preservada, para melhor utilização”, afirmando que o objetivo do governo era marcar a presença do poder público em uma região de evidente importância geoeconômica e que, pela alta valorização de seus terrenos, vinha registrando constantes invasões em terras particulares e públicas, e também a destruição de áreas florestais. Outro objetivo, ainda segundo o ministro, era “assegurar aos legítimos proprietários o direito ao uso e posse de suas áreas e, ainda, garantir o pleno aproveitamento das terras pertencentes à União, evitando a grilagem e titulação discutível” (LIMA, Fernando Cirne. “Terra é preservada, para melhor utilização”. In: *O Estado de São Paulo*, 17 ago. 1972). Nesse ponto, o decreto revela que as autoridades estavam cientes de que havia um considerável número de famílias que viviam nessas áreas e que, sem o amparo do governo, elas estariam mais vulneráveis às pressões de grileiros, jagunços e empresários.

O decreto previa ainda que, em um prazo de 180 dias, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) deveria apresentar o Plano Regional de Reforma

Agrária contendo o número de unidades familiares e cooperativas a serem criadas e a regularização de títulos de domínio de imóveis rurais que satisfizessem as exigências da lei.

Se essa legislação tivesse sido levada adiante, as populações que viviam nessas terras estariam, provavelmente, mais protegidas dos conflitos que se sucederam ao longo da década de 1970. Porém, o INCRA não chegou a apresentar o Plano Regional⁸. Uma das possíveis razões para a desistência de seguir com as medidas do decreto é que a iniciativa não teve boa recepção por parte da classe política das cidades decretadas como áreas prioritárias e nem de setores econômicos, pois estes se interessavam pela aquisição dessas terras e pela instalação de empreendimentos nessas regiões, o que seria dificultado caso a reforma agrária tivesse sido efetivada nesses municípios.

Também é desse período a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), instituído pelo Decreto Federal nº 68.172 em fevereiro de 1971, inicialmente, com 130 mil hectares, mas que teve uma parcela de área reduzida em 1972 e passou a ter 104 mil hectares de áreas protegidas (BRASIL, 1971). Parte do PNSB é composto por áreas de municípios atravessados pela Rio-Santos.

Outra tentativa do poder público de impedir a ocupação desenfreada da região foi a Resolução 413 de 13 de fevereiro de 1973, elaborada pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTur) que, com base no decreto nº 71.791, declarou como Zona Prioritária de Interesse Turístico, “a faixa litorânea compreendida entre o mar e uma linha imaginária, medida, horizontalmente, para a parte da terra, até 1 (hum) km após o eixo da rodovia BR-101, no trecho situado entre as localidades de Mangaratiba (RJ) e Bertioga (SP)” (FRATUCCI, 2005, p. 86).

Estrategicamente, foram excluídos a ilha de Guaíba (RJ), as praias de Itaorna e Jacuacanga (RJ) e os perímetros urbanos das sedes municipais daquela área. As exclusões das três primeiras áreas deveram-se ao fato de as mesmas já estarem comprometidas com outros empreendimentos econômicos estratégicos: terminal portuário de minérios, usina nuclear e terminal portuário de petróleo, respectivamente (FRATUCCI, 2005, p. 85).

Mesmo com todos os decretos e planos para a região, o que se sucedeu na prática foi uma ocupação desordenada e um volume de turistas cada vez mais intenso. Assim, ocorreu um acelerado processo de urbanização e o aumento exponencial da especulação imobiliária. Muitos caiçaras, como vimos, acabaram vendendo suas terras e migrando para as periferias. A poesia

⁸ A autora não encontrou documentos capazes de provar o porquê de o Plano Regional não ter sido levado adiante. Segundo depoimento de José Marcos Castilho, prefeito de Angra dos Reis entre 1997 e 2000, encontrado no artigo “Turismo, ação empresarial e conflitos por terra no litoral fluminense”, o Incra passou a ser subordinado à Embratur e, por esse motivo, as terras que beiravam a Rio-Santos deixaram de ser Área Prioritária para Reforma Agrária e passaram a ser classificadas como Zona Prioritária de Interesse Turístico (SILVA, 2018, p. 420).

“Aves e Ervas” do compositor Luis Perequê, caiçara de Paraty, expressa de modo sensível esse processo:

Aves e Ervas
(Luis Perequê)

Madrugada se levanta, canta galo, tudo canta...
Beira de mar, Mata Atlântica!
Suave canção de aves, cheiro de erva pisada,
Trilha, trabalho, renda de orvalho,
Tramam tratores, novas estradas.
É a mentira do progresso mudando o rumo dos versos
Casa de aves e ervas, virando areia e deserto
Matas mortas, morros calvos e os corvos cuidam do resto
O povo vence o grileiro, mas não vence os projetos
Da mentira dos políticos mascarados, desonestos.
No canto bravo do Sono, vou deixando um manifesto
Adeus, adeus curupira, caipora e insetos
Os guardiões naturais não têm armas pro concreto
Mata Atlântica te levanta, deixo meu peito aberto
Pra te guardar na lembrança, pra te contar pros meus netos
No registrar dos meus olhos vou te cantar nos meus versos
Se pudesse eu te dava as asas do pensamento
Quem sabe te guardaria do jeito que eu te penso
Criando os teus nativos, crescendo no teu silêncio
Bem longe desses projetos de pseudo crescimento
Que prometem melhoria e trazem arrependimento
Porque vem os condomínios com o fascínio do dinheiro
E o pescador troca a rede pela colher de pedreiro
Depois só volta na praia, de gari ou faxineiro
A estrada do político não foi feita pro roceiro
Só serve pra o levar no dia de ir limpar o lixo dos forasteiros
E a cultura é esmagada, como se deu tantas vezes
Trocamos trovas da roça por batuques e farofas
Ou silêncio pros burgueses
E assim começa outra história porque é o fim da estrada
Não tem matas, não tem aves, não tem ervas, não tem nada
Tem uma cerca, um portão, um caiçara de farda
E uma placa, atenção: É PROIBIDO A ENTRADA.

2.4. Os conflitos com o “meio ambiente”

Além da Rio-Santos e de todos esses empreendimentos econômicos e turísticos na região, as famílias caiçaras passaram a ter outra fonte de conflito direto: os parques e áreas ambientalmente protegidas. Esse embate se deve, sobretudo, à maneira pela qual esses parques foram instituídos no Brasil, desconsiderando, mais uma vez, a presença das comunidades locais nessas áreas. Pela importância que esse conflito ganha no fortalecimento de uma identidade caiçara, faz-se necessário compreender mais a fundo essa questão.

Desde o século XIX, há no Brasil intelectuais que defendem os benefícios e a necessidade de conservação da natureza. José Bonifácio (1763-1838) e André Rebouças (1838-1898), por exemplo, são figuras que, além de protagonizarem passagens da História Política, já alertavam sobre os riscos do desmatamento. O primeiro defendeu, inclusive, a criação de um setor administrativo responsável pela conservação das florestas; e o segundo foi um defensor da criação dos parques nacionais.

O primeiro parque nacional foi criado em Itatiaia em 1937 e, ao longo do século XX, houve a criação de dezenas de parques por todo o Brasil. Essa expansão é concomitante à criação e fortalecimento de setores ambientais na esfera pública, como Secretarias do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que data de 1967, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), fundado em 1989.

Em escala internacional, houve no século XX um crescimento dos movimentos ambientais e, a partir da década 1980, até mesmo órgãos como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passaram a aplicar cláusulas com premissas de conservação ambiental para conceder empréstimos (DIEGUES, 1996).

No Brasil, o período do regime militar foi a época em que mais foram criadas Unidades de Conservação, tanto para obedecer ao Banco Mundial como para tentar equalizar os danos causados pelas grandes obras do Programa de Integração Nacional (PIN):

Avaliando-se o período em que mais foram criadas unidades de conservação no Brasil (1970-1986), em pleno regime militar e autoritário, a criação dessas unidades era feita de cima para baixo, sem consultar as regiões envolvidas, ou as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições que lhes eram impostas quando ao uso dos recursos naturais (DIEGUES, 1996, p. 116).

Nesse contexto, sob influência do modelo estadunidense de implantação de parques naturais, a criação dessas áreas seguiu premissas que destoavam da realidade brasileira. As Unidades de Conservação foram demarcadas como espaços exclusivos para preservação da

biodiversidade e para o desenvolvimento de pesquisas científicas, e desconsideraram a presença de populações que ali viviam há séculos e que passaram a ser vistas como agentes de conflito.

Neste cenário, criou-se um embate entre aqueles que defendiam a permanência das populações locais e aqueles que viam a remoção dessas como melhor opção. Os primeiros argumentavam que o modo de vida das comunidades era, inclusive, um dos fatores responsáveis pela conservação; já os preservacionistas, como são chamados aqueles que defendem a expulsão das populações tradicionais das Unidades de Conservação⁹, diziam que a presença dessas comunidades era incompatível com a proteção da biodiversidade.

Esses últimos exerceram influência preponderante na criação desses espaços e exercem forte influência, até os dias atuais, nos órgãos ambientais. No entanto, hoje o debate ampliou-se e há um consentimento maior de que não apenas a presença das comunidades auxilia na conservação das florestas, mas como também a participação destas na própria gestão da UC é um caminho mais efetivo e justo de proteção tanto da biodiversidade como da diversidade cultural.

Nas décadas de 1970 e 1980 grandes movimentos surgiram em defesa da permanência das comunidades locais. O mais conhecido deles foi o Movimento Nacional dos Seringueiros, liderado por um período por Chico Mendes:

O Conselho Nacional dos Seringueiros, estabelecido em 1985, tinha como estratégia a criação de reservas extrativistas. Partindo de um movimento pela posse efetiva da terra e do modo de vida tradicional, passou a contar também com apoio de grupos ambientalistas e organizações não-governamentais nacionais e internacionais (DIEGUES, 1996, p. 146).

O assassinato de Chico Mendes em 1988 levou a luta dos seringueiros a uma repercussão internacional e a criação da Reserva Extrativista Chico Mendes, em 1990, foi um marco na defesa dos direitos das populações extrativistas, que passaram a ser reconhecidas como parte da gama de comunidades tradicionais.

Na região do litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro, a criação de dois parques afetou as comunidades caiçaras: o Parque Nacional da Serra da Bocaina em 1972 e o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) em 1977:

No início, algumas dessas áreas conseguiram frear, até certo ponto, a especulação imobiliária, mas depois com a proibição de fazer roça, tirar madeira para canoas, moradias, instrumentos de trabalho, reformar moradias e escolas, os caiçaras tiveram seus direitos civis seriamente ameaçados e em vários casos violados (DIEGUES, 2004, p. 43).

⁹ Em 2000, a lei 9.985 regularizou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Para a maioria dos caiçaras, o “meio ambiente” se tornou mais um inimigo. “Antes, o caiçara só vivia da pesca, da roça e da caça. Hoje não tem como viver só disso. Esse negócio de meio ambiente é fora de sério”, desabafou Neco. Apenas para exemplificar as dificuldades dos caiçaras com a legislação ambiental, segue abaixo o relato de Paula:

Eu não andava muito pra lá [extremo Norte de Ubatuba], depois que eu fui pra Almada, eu comecei a ver. “Como é o que o cara construiu aqui?”. Não tem como você imaginar que ali naquele lugar, no meio daquele mato tem mansões e mansões e o coitado do pobre tá tudo espremido pra favela. O cara quer construir uma casinha pra morar e não pode. Minha mãe ganhou um terreno lá no Felix que era do pai dela, ela não podia mexer porque disse que era *área verde*. Tio Toninho que mexia com isso daí morreu. Ficou lá, até hoje ninguém mexeu (Paula dos Santos, em entrevista no dia 7 de julho de 2019).

Muitos costumes do *modo de vida caiçara* também foram criminalizados e aqueles que não respeitassem às leis eram passíveis de multas: essa situação ainda perdura. No entanto, atualmente, há uma legislação mais consolidada de defesa das comunidades tradicionais.

Capítulo 3 - A resistência caiçara e os avanços na legislação

Imersas em um novo contexto, as famílias caiçaras começaram a lidar com outras problemáticas mais sutis para além da ameaça de perda de suas terras e das restrições ambientais. A chegada da Rio-Santos possibilitou que novos negócios se estabelecessem na região e que uma quantidade cada vez maior de turistas passasse a frequentar as cidades litorâneas. Segundo Mário Gato, que cresceu no bairro de Itaguá, “nos anos 1980 foi chegando prédio, foi chegando o povo, foram comprando as terras, foram fazendo muro, foi chegando a moda do pessoal de São Paulo, os veranistas”. O modo de vida urbano e capitalista passou a influenciar os moradores da região:

A gente acabava se envolvendo no modo de vida deles, porque pra gente era interessante, era diferente. A gente brincava com canoinha feita de cacheta, barquinho de isopor na boca da barra no rio, no mar; aí você via aquela criançada com aqueles carrinhos a pilha que andavam, que fazia luz... pra gente era uma loucura aquilo. E vice-versa, porque a criançada que vinha, da mesma idade nossa, via aqueles barquinhos e ficava louco, queria até trocar (Mário Gato, em entrevista no dia 22 de junho de 2019).

O que na época parecia interessante, porque era novidade, trouxe, segundo Mário Gato, consequências como “assaltos e drogas pesadas”. Neco também enfatizou o aspecto da violência: “Depois que a estrada passou, já ficou perigoso. Ela trouxe um progresso, mas trouxe também a bandidagem junto”.

O processo de mudança dos costumes das famílias caiçaras se acelerou com a chegada da Rio-Santos na década de 1970, mas foi na década de 1980 que houve uma inversão de valores para, assim, na década de 1990 pouco se observar os hábitos caiçaras em Ubatuba:

Nos anos 1980, ainda era muito comum você ver pescadores na praia de Itaguá, a gente via muito tocador de viola, as folias de reis, então, a gente se sentia ainda caiçara. Nos anos 1990, já começou a desaparecer muita coisa dos nossos costumes e foi...foi desaparecendo e chegando mais coisas diferentes, modas diferentes para os adolescentes. Os jovens já não queriam saber mais de tocar uma viola, ouvir um fandango. Mas a gente só foi se ligar que as coisas estavam indo por água abaixo em meados dos anos 1990, noventa e cinco pra frente (Mário Gato, em entrevista no dia 22 de junho de 2019).

Foi nesse contexto que as organizações de defesa do *modo de vida caiçara* floresceram, de acordo com as possibilidades de organização de cada período.

3.1. As organizações dos anos 1970 e 1980

Em Ubatuba, nos anos 1970 e 1980 não houve um movimento unificado de defesa do *modo de vida caiçara*. Havia na época sindicatos, movimentos e associações de bairro que auxiliaram em alguns casos de expulsão de caiçaras de suas terras. Organizações como: o Movimento ecológico pela vida, pela paz em defesa de Ubatuba; a Comissão Pastoral da Terra de Ubatuba; a Associação dos Produtores Rurais de Ubatuba; a Colônia de Pescadores Z10, entre outras. Havia ainda a Superintendência para o Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), um aparato do governo estadual que financiava projetos e organizações.

Um exemplo dessa mobilização foi encontrado na edição de setembro de 1984 do *Jornal da Terra*, periódico local. Nesta edição, há uma notícia com a manchete “Trabalhadores rurais do Litoral Norte fundam sindicato”:

(...) Cerca de cem trabalhadores rurais do Litoral Norte, estiveram reunidos no último dia 12 de agosto na Escola Colônia dos Pescadores em Caraguatatuba, oportunidade em que deliberaram sobre a fundação do Sindicato da classe, em assembleia dirigida pelo assessor sindical da FETAESP, Eduardo Cardoso. (...) O Diretor Regional da SUDELPA, Euclides Luiz Vigneron, convidado a falar na oportunidade comparou a luta dos trabalhadores frente ao sindicato, como a luta de Moisés para transpor o Mar Vermelho. Para ele, os trabalhadores ainda se depararão com ‘mares vermelhos’ a transpor. No entanto a persistência e a participação de todos fará da luta uma vitória certa. (“Trabalhadores rurais do Litoral Norte fundam sindicato”. In: *Jornal da Terra*, set. 1984, p. 4).

Uma situação marcante para a sociedade civil de Ubatuba foi a tentativa da Avibrás, em 1982, de construir uma base de artilharia e foguetes no sertão do Poruba. A mobilização contrária à construção dessa base envolveu vários setores, dentre os quais o Movimento ecológico pela vida, pela paz em defesa de Ubatuba, além de alguns políticos e lideranças da igreja católica. A pressão popular foi efetiva e acabou impedindo a instalação da Avibrás¹⁰.

A movimentação que se nota em Ubatuba, de associações, ONGs, sindicatos, movimentos da igreja católica, entre outros, está em consonância com o que acontecia em outras regiões do Brasil no final de década de 1970 e início da década de 1980, já que o processo de redemocratização se deu concomitante ao fortalecimento da sociedade civil.

¹⁰ A Avibrás até os dias atuais é dona de uma área de 28 milhões metros quadrados em Ubatuba, na qual estão inseridas uma terra indígena e uma extensa Área de Proteção Permanente (APP).

Porém, já no final dos anos 1980, houve um enfraquecimento dessas organizações. Um dos motivos foi a extinção da SUDELPA, em março de 1987, pelo então governador do Estado de São Paulo, Orestes Quércia (PMDB), como noticiara o jornal local *ECO*:

Figura 8 - Capa do Jornal *Eco Ubatubense* com a manchete sobre o fim da SUDELPA. (Orestes Quércia à esquerda e Euclides Luiz Vigneron, diretor regional da SUDELPA, à direita.)



Fonte: *ECO Ubatubense* (1987).

Sobre a falta de um movimento unificado em defesa do território e do *modo de vida caiçara* na década de 1970 em Ubatuba, Mário Gato faz a seguinte análise:

Naquele tempo, o povo se mobilizava, se articulava, pra fazer um mutirão, era diferente. Naquele tempo não se lutava por terras, a terra era deles, lutar contra quem? E mesmo nos anos 1970 que os caras foram chegando, eles [caiçaras] não lutaram pelas terras, eles não tinham esse espírito de luta, de organização. Se você pegar o exemplo da Trindade nos anos 1970, os caras foram mobilizados, mas por influência de gente de fora, que frequentava lá. E não foi em todos os lugares que tinha alguém pra falar: “Não, vocês têm que lutar, vocês têm que...” (Mário Gato, entrevista em 22 de junho de 2019).

O movimento *Trindadeiros*, dos moradores da vila de Trindade, em Paraty, foi um dos mais exitosos na resistência de famílias caiçaras e se tornou uma referência de luta. A história deste movimento foi eternizada nos documentários *Vento Contra* (1981) da cineasta Adriana Mattoso e *Trindadeiros – 30 anos depois* (2009), dos jornalistas Davi Paiva e Silvio Delfim. Por ser um marco na organização da resistência caiçara contra a especulação imobiliária, é interessante conhecer mais a história dessa mobilização.

Em 1973, o grileiro Gibrail Tannus¹¹ vendeu suas terras ao grupo Adela-Brascan (Agencia para el Desarrollo Latino Americano17-Brasilian Canadian Corp.), uma *holding*, com sede em Luxemburgo, de 240 empresas (das quais apenas oito eram brasileiras), a mesma que foi responsável pela construção do Condomínio Laranjeiras na área que havia sido comprada pela *holding* do ex-governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, e que é próxima à Trindade.

A Adela-Brascan era “um dos maiores complexos industriais e financeiros internacionais” (DREIFUSS, 2008 apud SILVA, 2018, p. 429). Para atuar na região, a holding criou a Companhia Trindade Desenvolvimento Territorial (TDT), que comprou parcelas de terras das famílias locais e, ao longo da década de 1970, passou a ameaçar os moradores da vila para que deixassem suas casas, alegando que era dona de todo o espaço e que a Trindade pertencia à Laranjeiras e, portanto, era propriedade da empresa.

Nessa época, moravam ali cerca de 110 famílias e alguns políticos e empresários já haviam adquirido propriedades no local, como o ex-ministro Severo Gomes, dono de 4 posses em Trindade (PIRES, Cecília. “Em Trindade, até ex-ministro já enfrentou ameaça”. In: *Folha de S. Paulo*, 01 ago. 1981. Recorte disponível no CEDIC – PUC/SP).

Com a chegada da TDT, os moradores começaram a lidar com a presença de jagunços, cerca de 50 homens, que circulavam armados dia e noite na vila; e a presenciar, com frequência, a destruição de suas roças e a queima de casas. Essas ações serviam para a empresa argumentar que aquelas terras estavam desocupadas. Além da violência às propriedades, houve o registro de um caso de estupro de uma professora da escola local. (MEDEIROS et al., 2015).

É também nesse período, após a abertura da Rio-Santos, que jovens aventureiros começaram a frequentar essa parcela do litoral. Em Trindade, quando os conflitos entre os jagunços da TDT e os moradores se intensificaram, alguns desses jovens se solidarizaram com a situação das famílias caiçaras e acionaram a imprensa, além de instruírem os caiçaras a se organizarem e se mobilizarem. Segundo a matéria de Gilson Rebello para o *Jornal da Tarde*, publicada em 30 de abril de 1979:

Os trindadeiros, que até há 10 anos viviam isolados da civilização, agora, após a abertura da estrada Rio-Santos, aprenderam muitas coisas com os turistas que passaram a frequentar as praias do local e a conhecer de perto o tipo de vida simples que levavam. Aprenderam a falar gíria, adquiriram outros hábitos, ganharam roupas modernas e ficaram sabendo que precisavam, antes de tudo, unirem-se, procurar advogados, lutar (REBELLO, Gilson. “Promessa

¹¹ Gibrail Tannus foi um grileiro conhecido na região do litoral sul-fluminense. Silva (2018) relata casos em que ele e seus jagunços ameaçaram de diversas formas moradores da Praia do Sono e do Pouso da Cajaíba.

destes homens: lutar”. In: *Jornal da Tarde*, 30 abr. 1979. Recorte disponível no CEDIC –PUC/SP).

Esses jovens¹², em conjunto com lideranças caiçaras de Trindade, criaram a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB), uma espécie de ONG que buscava apoio e angariava recursos para auxiliar os Trindadeiros. A SDLB redigiu na época uma carta pública intitulada “Reflexões sobre a Rio-Santos e os problemas criados a partir dela”, segue um trecho:

Comunidades inteiras de pescadores foram prejudicadas. Ao invés de lhes trazer as facilidades do transporte e da vida moderna, vieram tratores das próprias companhias construtoras da rodovia e os especuladores imobiliários, companhias agroindustriais cuja indústria era o turismo, e que trazem consigo a destruição da própria mercadoria que vendem, ou seja, a beleza e um modo de vida característico da região, seu equilíbrio ecológico. Tanto os tratores como especuladores nunca respeitaram os direitos seculares de posse das comunidades caiçaras: enxotaram-nos simplesmente, para as favelas das cidades mais próximas, pagando-lhes um mínimo equivalente pelo valor de suas posses, levando-os a marginalização social e cultural. (SDLB, set. 1978 apud SILVA, 2018, p. 432).

Quando a causa já estava quase perdida para os Trindadeiros, no final da década de 1970, foram os jovens da SDLB que procuraram o escritório de Sobral Pinto. Esse reconhecido jurista, já com mais de 80 anos de idade na época, resolveu abraçar a causa e nomeou o advogado Jarbas Penteado para cuidar do caso. Entretanto, devido aos conflitos, algumas famílias já haviam deixado Trindade, pois a TDT estava oferecendo casas de alvenaria em Ubatuba para quem optasse por vender suas posses.

Em 1979, ainda segundo a matéria do *Jornal da Tarde* de 30 de abril de 1979, de Gilson Rebello, havia cerca de 300 pessoas no local, 61 famílias. Foi esse o período mais crítico da luta, pois em julho de 1979, o juiz do fórum de Paraty, Ulisses Monteiro Ferreira, que havia substituído por alguns meses o juiz José Sellitti Rangel, mandou efetivar uma ordem de despejo de 23 famílias da vila. O juiz era acusado pelos moradores de ser “igual a um empregado da companhia” (“Algumas famílias já estão arrumando suas coisas para deixar Trindade. Outras, porém, afirmam: querem resistir até a morte”. In: *Jornal da Tarde*, 07 ago. 1979. Recorte disponível no CEDIC/PUC–SP).

¹² Alguns aparecem no documentário *Trindadeiros – 30 anos depois* (2009), são eles: Ricci Martinelli, Ângela Mascelani, Adriana Mattoso, Ed Vigianni e José Roberto Ferreira Cintra.

Figura 9 - Trindadeiros encarando o oficial de justiça no dia do despejo



Fonte: Coleção "Movimentos Sociais e luta pela terra" (1979).

A ordem se efetivou em 7 de agosto de 1979:

Às 13h30, acompanhado de policiais, funcionários da Companhia Trindade Desenvolvimento Territorial e alguns bombeiros, o oficial de Justiça iniciou o despejo e, em menos de duas horas, todas as casas das famílias atingidas pelo despejo já estavam lacradas ("Trindade já não tem posseiros". In: *Folha de S. Paulo*, 09 ago. 1979).

Ainda segundo a notícia "Trindade já não tem posseiros" (Figura 10), a justificativa do juiz foi de que não se pode deturpar a lei por causa de problemas sociais: "Temos que adaptar os problemas sociais à lei", afirmou a autoridade. De acordo com a matéria, o oficial de justiça Aparecido Félix de Almeida gritava aos moradores: "O juiz mandou dizer isso: se voltarem, a gente derruba as casas e manda prender os posseiros".

Figura 10 - Caiçara carregando seus pertences após despejo



Fonte: *Folha de S. Paulo*, (1979).

Ainda assim, a maioria das famílias despejadas não deixou Trindade. Algumas foram se abrigar em cavernas, outras passaram a morar em ranchos de pesca na areia da praia e outras levaram seus pertences para a beira da estrada. Além disso, segundo o depoimento de Ricci Martinelli no documentário *Trindadeiros* (2009), assim que uma família era despejada, eles se uniam e construíam uma casa próxima ao local. Essa situação dramática ganhou ênfase na imprensa, sendo veiculada até no *Jornal Nacional*.

Figura 11 - Família de caiçaras morando em caverna após despejo



Fonte: *Folha de S. Paulo* (1979).

Em julho de 1981, a empresa Adela-Brascan vendeu a TDT para empresa Cobrasinco, por 3 milhões e meio de dólares, o dono da empresa José Pascowitch passou a fazer reuniões com os moradores para entender suas demandas. Porém, segundo o advogado Jarbas Penteado, nem tudo era harmonioso na relação com a empresa:

Acredito que a Cobrasinco está tratando com certo descaso do problema dos trindadeiros, empurrando a comunidade para qualquer canto de Trindade e postergando seus direitos. Os compradores não deveriam ter efetuado o negócio no escuro, sabendo que na área existe um grande litígio (PIRES, Cecília. “Advogado denuncia a nova dona de Trindade”. In: *Folha de S. Paulo*, 31 jul. 1981. Recorte disponível no CEDIC – PUC/SP).

Apesar da desconfiança de Penteado, os Trindadeiros e a empresa iniciaram conversas sobre as propostas de divisão das terras e as negociações passaram a caminhar para um entendimento entre ambas as partes:

(...) As negociações entre seus representantes e a proprietária dos terrenos, a empresa Cobrasinco SA., estão em fase final, e tudo indica a proximidade de um acordo.

Se este for o resultado, Trindade será um novo capítulo da história do litígio de terras no País. A partir de sua resistência, essa comunidade mostrou que o direito natural de quem cultiva a terra significa um pouco mais do que a simples intenção registrada no Incra. Os pescadores resistiram à violência de metralhadoras e jagunços que a antiga proprietária, a multinacional Adela, lhes impôs durante vários anos, e aprenderam a lutar por seus direitos mais elementares (PIRES, Cecília. “Trindadeiros podem ganhar terras”. In: *Folha de S. Paulo*, 27 set. 1981. Recorte disponível no CEDIC – PUC/SP).

O acordo final ocorreu em 5 de novembro de 1981 e 71 famílias assinaram o título definitivo de sua propriedade (SIQUEIRA, 1984). Entretanto, os Trindadeiros ficaram com uma área de 620 mil m² para cultivo e uma área de moradia de 147 mil m²; ao passo que a TDT ficou com 3 milhões m², que seriam aproveitados para o desenvolvimento de um projeto turístico.

A vitória parcial dos Trindadeiros proporcionou ânimo para outros movimentos e fortaleceu a identidade caiçara¹³. A jornalista Priscila Siqueira, autora do livro *Genocídio caiçara* (1984), em entrevista ao *Jornal da Terra*, colocou as lutas de Trindade e Taquari¹⁴ como casos positivos que trouxeram uma mensagem de esperança:

¹³ Porém, o interesse imobiliário pelas terras de Trindade ainda causa tormento aos caiçaras. Em junho de 2016, o adolescente Jaison Caique Sampaio foi assassinado a tiros e a suspeita é de que a motivação do crime seja os conflitos pela posse de terras (Cf. “Jaison Caique Sampaio”. Perfil no Portal HRD Memorial. Disponível em: <https://hrdmemorial.org/pt/?hrdrecord=jaison-caique-sampaio>. Acesso em: 02 nov. 2019).

¹⁴ Descrição do conflito: “São Roque, Taquari e Barra Grande (Paraty, 1960 e 1970) **Histórico:** Residiam nas áreas de Taquari, São Roque e Barra Grande em torno de 250 famílias (1.250 pessoas). Eram três fazendas, totalizando uma extensão de 18 quilômetros de frente para o mar. Em 1949, um grupo de italianos apareceu na região, sendo um deles Giuseppe Cambareli, casado com Iole Fabri Cambareli, que se dizia dono do local e obrigava os posseiros

JT – Por que você escolheu Paraty para seu primeiro lançamento?

PS – Porque em Paraty aconteceram algumas lutas vitoriosas como em Trindade e Taquari, onde os caiçaras brigando com multinacionais conseguiram permanecer na terra. São casos positivos que nos trazem uma mensagem de esperança, pois mostram o que acontecem quando os homens se unem. E isso vale para todo o povo brasileiro. (“Genocídio caiçara uma denúncia de Priscila Siqueira”. In: *Jornal da Terra*, maio 1984, p. 9. Recorte disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Atualmente, Trindade segue sendo um exemplo de organização comunitária. Há na vila a Associação dos Moradores de Trindade (AMOT), que possui uma sede bem estruturada na rua principal e funciona como local de reuniões e eventos. A AMOT também promove ações de fortalecimento da cultura caiçara, como o Festejo Caiçara de Trindade, que ocorre anualmente no mês de outubro, além de auxiliar na construção de quadras poliesportivas, pista de skate e outros aparelhos de cultura e lazer para a comunidade. Há também a Escola do Mar, que promove atividades relacionadas à cultura caiçara para as crianças de Trindade.

3.2. Anos 2000: Direitos, meio ambiente e identidade caiçara

Retornando à Ubatuba, foi só nos anos 2000 que surgiram organizações de valorização da cultura caiçara. Mário Gato conta que foi nessa época – quando começou a participar de um grupo de violeiros, organizado pelo folclorista Nei Martins – que desenvolveu a consciência de valorizar os costumes de sua família e do *modo de vida caiçara*: “Ele [Nei Martins] deu um estalo na gente. A gente começou a se envolver na festinha da capela. Ele colocou a gente pra tocar, eu e mais nove filhos de caiçara. Ele também percebeu que a cultura estava sendo trocada”, relembra.

A trajetória de Mário é um exemplo de uma conjuntura mais ampla que, desde os anos 2000, possibilita o fortalecimento da identidade caiçara, aí já com um caráter político, e o surgimento de organizações de diversos tamanhos: locais, regionais e nacionais na busca por valorizar e manter o *modo de vida caiçara*.

a entregar 33% de sua produção à fazenda. Em 1964, Giuseppe Cambareli, por intermédio de seu administrador, José Garcia, que se dizia sargento do Exército, coagia os caiçaras (SIQUEIRA, 1984). Além do administrador, Giuseppe Cambareli contava com um grupo de jagunços armados. Neste tempo, ele morreu e Barra Grande passou para sua esposa, que continuou fazendo o uso de jagunços. Ao longo da década de 1960 e 1970, a violência foi impedindo os agricultores de viverem e trabalharem. Para além destas iniciativas, desde 1968, os trabalhadores rurais foram proibidos pelo IBDF de plantar suas roças e construir benfeitorias. **Violações de direitos registradas:** Ameaça de despejo; Despejos; Proibições” (MEDEIROS et al., 2015).

Um dos aspectos cruciais para entender essa mudança é compreender o amadurecimento da legislação de proteção às comunidades tradicionais, que nasce da influência das leis de proteção aos povos indígenas e quilombolas.

A Constituição Federal de 1988 é um marco nesse sentido, pois apesar de não haver na Constituição um artigo que proteja claramente o território dessas comunidades, há os Artigos 215 e 216, que preveem a proteção do patrimônio cultural material e imaterial brasileiro e que contempla na esfera cultural essas populações, bem como reconhece a diversidade de *modos de vida* existentes na sociedade brasileira.

Há também na Constituição os Artigos 231 e 232 que contemplam a demarcação de terras ocupadas por grupos indígenas e ampliam a noção de território, considerando terras indígenas: “as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (BRASIL, 1988, Art.231). Além do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que reconhece a posse da terra às comunidades quilombolas: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988, Art.68 - ADCT)

Contudo, foi na primeira década do século XXI que a legislação de proteção às comunidades tradicionais caminhou a passos largos no mundo e no Brasil. Em 2001, foi aprovada pela UNESCO a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e, em 2005, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promulgada no Brasil em 2007. No âmbito nacional, em 2000, o IPHAN instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), através do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000.

Com relação à legislação específica sobre proteção do território, um dos documentos mais impactantes é a Convenção 169 da OIT, promulgada no Brasil em 2004:

A Convenção 169 da OIT é, presentemente, o mais importante documento de política internacional, vinculante, que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. Tal convênio não define o que sejam “povos indígenas e tribais”. Prefere, ao invés, descrever em seu artigo 1º as características de cada grupo, que podem grosso modo ser chamadas de “tradicionais” no sentido que lhes empresta a doutrina especializada. (...) a Convenção 169 da OIT reconhece e atribui o dever aos Governos signatários de “respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de

alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos” (artigo 13, item 1). Assim, a par de reconhecer a especificidade da relação desses grupos com as terras que habitam, ainda reconhece o aspecto coletivo desse direito (o que não exclui os direitos individuais a serem exercidos de acordo com seus costumes), conceituando ademais, terras de uma maneira ampla, de modo a abarcar também o conceito de território que, segundo o item 2 do artigo 13, “abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma forma” (GRABNER, 2016, p. 67-69).

A Convenção 169 da OIT estabelece ainda a obrigatoriedade da realização de consultas com os povos indígenas e tribais, de forma livre, prévia e informada. Este instrumento, conhecido como Protocolo de Consulta, tem sido de grande valia para as comunidades tradicionais e povos indígenas, pois permite que a comunidade registre formalmente a maneira pela qual quer ser consultada sobre quaisquer projetos do Governo e/ou de empresas que possam lhes afetar de algum modo. Sabemos que, na prática, a vontade das comunidades nem sempre é respeitada, mas ter um aparato legal de defesa de seus direitos já é um grande aliado na luta pela permanência dessas comunidades em seus territórios.

No Brasil, a legislação mais importante de proteção às comunidades é a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Um dos objetivos específicos da PNPCT é justamente “solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável”. De acordo com o texto do decreto, Povos e Comunidades Tradicionais são:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”).

É interessante pensar sobre o processo que levou à constituição dessas comunidades como um grupo reconhecido pela expressão das populações ou comunidades ou povos tradicionais. Segundo Cunha e Almeida (2001), não havia uma definição para o conceito de população tradicional quando esse começou a ser utilizado. “População tradicional” tinha sido apenas um dos termos usados pela legislação e por estudiosos sobre o tema para se dirigir a inúmeros grupos que eram muitos diversos entre si, mas que se viam envolvidos em problemáticas comuns, que culminavam na ameaça de perda do território. Na prática, ocorreu

um processo em que comunidades se tornaram populações tradicionais, ou seja, passaram a se autorreconhecer enquanto pertencentes a esta categoria:

(...) populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (através de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas, não necessariamente todas, as seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (CUNHA e ALMEIDA, 2001, p. 30).

Assim, também as comunidades caiçaras passaram a se autorreconhecer primeiro enquanto caiçaras, e depois enquanto população tradicional. Em entrevista, Diegues explicou que foi no conflito com o “parque” que a identidade caiçara se fortaleceu.

Essa identidade caiçara foi construída aos poucos, não tem nada de genético. É claro que tem uma base de modo de vida tanto no litoral sul quanto aqui [em Ubatuba], mas ela foi construída aos poucos nesse enfretamento com as autoridades que administravam os parques e que chamavam a polícia florestal seja pra expulsar pessoas que estavam fazendo roça, seja para multar. A raiva das comunidades em relação à secretaria do meio ambiente era muito grande. Então, pra eles poderem dizer que aquele território era deles, eles diziam: “Nós somos caiçaras, nós já estamos aqui há muito mais tempo que o parque”. (Antônio Carlos Diegues, em entrevista no dia 27 de julho de 2019).

Apesar da identidade caiçara ter se constituído mais recentemente, não apenas no conflito com os parques e com a especulação imobiliária, mas também no confronto, em geral, com o modelo de sociedade urbano ocidental, o *modo de vida caiçara* – ainda que não com esse termo – remonta a alguns séculos e, por isso, segundo Mário Gato, os caiçaras podem ser considerados como população tradicional:

O termo população tradicional foi criado, justamente, pela necessidade de se lutar pela terra. Os caiçaras são tradicionais, tem uma tradição, tem uma cultura antiga. Caiçara é uma cultura muito antiga. A canoa é um exemplo disso, de onde que vem essas canoas? Milhares de anos atrás construindo...não exatamente dessa forma lógico, foi uma junção de uma técnica dos portugueses com a técnica dos índios; o balaio trançado, a peneira, a casa de pau a pique, fazer um laço de madeira com cipó pra pegar uma caça...de onde que vem isso? O bodoque, conhece bodoque? É que atira pedra com um arco... então, é tradição muito antiga (Mário Gato, em entrevista no dia 22 de junho de 2019).

Pertencer à categoria população tradicional amplia o respaldo jurídico das comunidades caiçaras e suas reivindicações. E, para além da questão jurídica, a união de diversos povos fortalece a luta de defesa por seus territórios.

De modo geral, esse avanço tanto da legislação de proteção ao patrimônio cultural como da legislação de proteção ao território dos povos tradicionais propiciou uma conjuntura favorável ao fortalecimento da identidade caiçara e ao surgimento de diversas organizações, que passaram a defender o território das comunidades caiçaras e a valorizar seu *modo de vida*.

3.3. As organizações do século XXI

Com a implementação da PNPCT, foi criado o Fórum das Comunidades Tradicionais (FCT) nas cidades de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, a fim de fortalecer os povos indígenas, quilombolas e caiçaras dessa região. O Fórum recebe apoio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) e da FIOCRUZ. Segundo Mário Gato,

o Fórum de Comunidades Tradicionais está aproximando as comunidades e está criando uma força grande, uma base sólida. E essa juventude que está se envolvendo tem acesso à Constituição, a direitos, coisas que os antigos não sabiam nem ler (Mário Gato, em entrevista no dia 22 de junho de 2019).

Há mais de dez anos atuando, o FCT vem fortalecendo um modelo de desenvolvimento sustentável calcado em quatro áreas: Agroecologia, Educação Diferenciada, Saneamento Básico e Turismo de Base Comunitária, tornando-se uma organização referência. Em 2016, o FCT inspirou e auxiliou a formação do Fórum das Comunidades Tradicionais do Vale da Ribeira. Para Mário Gato, “o Fórum é uma das maiores frentes de luta que está conseguindo interligar tudo isso, aproximar essas comunidades, mesmo de estados diferentes, é uma referência muito grande” (Mário Gato, em entrevista no dia 22 de junho de 2019).

Além do FCT, outras organizações surgiram para fortalecer a cultura caiçara. Em 2005, foi criada a Rede Caiçara de Cultura, que reúne artistas e intelectuais caiçaras. Segundo o site do Silo Cultural¹⁵, “a criação da Rede Caiçara de Cultura [...] tinha como objetivos iniciais estabelecer centros de cultura caiçara ou centros de referência nos municípios que abrangem as populações caiçaras(...)” (“Encontro da Rede Caiçara de Cultura 2013”. Portal Silo Cultural. Disponível em: <http://silocultural.blogspot.com/2013/07/encontro-da-rede-caicara-de-cultura-2013.html>. Acesso em: 30 nov. 2019).

Desde 2014, lideranças caiçaras dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro também formaram a Coordenação Nacional Caiçara para atender às demandas jurídicas e culturais específicas da cultura caiçara: “Agora mesmo [junho de 2019], eles estão ajudando o

¹⁵ O Silo é um centro cultural criado em Paraty pelo compositor caiçara Luís Perequê, um dos fundadores da Rede Caiçara de Cultura.

peçoal lá da Juréia que estão numa situação complicada dentro do parque, estão querendo expulsar o povo de lá”, conta Mário Gato.

Para além dessas organizações que atuam em nível mais abrangente, há dezenas de associações moradores, colônias de pescadores e coletivos caiçaras que vêm, no âmbito local, promovendo encontros e ações de fortalecimento da identidade caiçara. Na percepção de Mário Gato, “está se criando várias frentes de luta bem interessantes, bem fortes”.

A história de lutas das comunidades caiçaras tem sido capaz de estabelecer novas diretrizes, em um campo de forças permanente, de confrontos, avanços, retrocessos e apontamento de novos caminhos (...). A reconceitualização e a consequente construção de uma identidade coletiva caiçara, estabelecidas na convivência política com outros mediadores, ajudou a construir uma autoimagem positiva para essas populações, que possui uma importância estratégica fundamental na luta e no reconhecimento por seus direitos (PIMENTEL, 2009, p. 4-5).

A valorização da identidade caiçara implicou também no reconhecimento dos elementos que são símbolos dessa cultura. Um grande marco foi o registro do Fandango, estilo musical caiçara, como patrimônio imaterial no IPHAN em novembro de 2012. De acordo com o IPHAN:

O fandango para os “sitiantes-caiçaras”, se apresentava como o espaço da “reciprocidade”, onde o “dar-receber-retribuir” constituía a base de suas socialidades, marcada pelas dimensões familiares, de compadrio e vizinhança. Para as comunidades rurais e de pescadores estabelecidas nesse território, o lugar do fandango em suas vidas sociais e lúdicas além de estar ligado à organização do trabalho comunitário - o mutirão – relacionava-se também, ao conjunto de laços de sociabilidade produzidos na região (IPHAN. “Fandango Caiçara”. Portal do IPHAN/Patrimônio Imaterial/Bens Registrados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/83/>. Acesso em: 30 nov. 2019).

A organização dos documentos para registrar o Fandango partiu, principalmente, de grupos do litoral sul de São Paulo e do norte do Estado do Paraná, com apoio de professores e de pontos de cultura. Mais recentemente, em 2016, instalou-se a comissão de salvaguarda do Fandango em Ubatuba. De lá para cá, os caiçaras de Ubatuba têm ido com frequência aos encontros de Fandango do litoral sul e os caiçaras de lá têm vindo ao litoral norte de São Paulo.

Há 15 anos, surgiu o grupo *Fandango caiçara de Ubatuba*, do qual o Mário Gato é um dos fundadores. Em agosto de 2019, o grupo recebeu o *Prêmio Fandango Caiçara, Patrimônio Cultural do Brasil* do IPHAN pelo Projeto Sementes, através do qual eles levam o Fandango para as escolas do município. Atualmente, existem cerca de cinco grupos de fandango em Ubatuba que se apresentam em festas, eventos culturais, comemorações etc.

Outro elemento que está pleiteando o registro como bem imaterial no IPHAN é a canoa caiçara, também conhecida como canoa de um só pau, pois é esculpida a partir de um único tronco de árvore.

Além da canoa e do fandango, também são elementos da cultura caiçara: técnicas de pesca artesanal como o cerco-flutuante no litoral norte e o cerco fixo no litoral sul; os utensílios como balaio, peneira, samburá, entre outros. A comida: o café coado com caldo de cana de açúcar, o modo de fazer a farinha de mandioca, a paçoca, o azul marinho, entre outros pratos. As festas religiosas: Folia do Divino, Dança de São Gonçalo, Festa de São Pedro etc. Esses elementos foram considerados com base no *modo de vida caiçara* experienciado no tempo de antigamente, como vimos no Capítulo 1.

Atualmente, uma prática que vem sendo realizada como um momento de celebração da cultura caiçara é a corrida de canoa, que é dividida em categorias, por exemplo, para 4 pessoas, 2 pessoas, individual, para crianças, só mulheres, só homens, etc. E no final, normalmente, ocorre um almoço coletivo para todos que participaram.

Considero, ainda, uma evidência de fortalecimento da identidade caiçara a republicação do livro *Genocídio caiçara*, lançado em 1984 pela jornalista Priscila Siqueira e que há mais de três décadas estava sem uma nova edição. O relançamento desse livro vem sendo acompanhado por eventos nas cidades litorâneas, onde são debatidas as problemáticas que seguem atingindo as comunidades caiçaras.

3.4. O panorama atual

Apesar do amadurecimento da legislação em defesa dos povos e comunidades tradicionais e do autorreconhecimento das comunidades caiçaras e, conseqüentemente, valorização do seu *modo de vida*, os problemas, seja com a especulação imobiliária seja com as autoridades ambientais, não cessaram. Nos últimos anos, inclusive, também devido à virada conservadora no cenário político e ao enfraquecimento das políticas sociais, a situação tornou a piorar.

Em abril de 2019, por exemplo, o “presidente” Jair Bolsonaro revogou o Decreto nº 8.243 de 2014, que instituía a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), extinguindo assim todos os conselhos e comissões de participação social junto ao Governo Federal. Desse modo, foi extinto o Conselho Nacional de Povos e Comunidades e Tradicionais (CNPCT), que havia sido formalizado pelo Decreto nº 8.750, de maio de 2016, assinado pela presidenta Dilma Rousseff.

O CNPCT era um órgão consultivo que tinha como principal atribuição o acompanhamento da implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Desde a extinção, a sociedade civil tem se mobilizado e exigido o retorno do CNPCT e de outras medidas, incluindo o pedido para que a PNPCT se torne lei.

Em agosto de 2019, um grupo de deputados¹⁶ apresentou o Projeto de Lei nº 4741/2019, que pretende estabelecer diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

Em síntese, o projeto busca superar o déficit de implementação de direitos constitucionalmente conquistados pelos povos e comunidades tradicionais, reconhece e promove o protagonismo dos sujeitos desse processo, constituindo-se na expressão e resposta a uma justa e legítima demanda de uma parte da sociedade brasileira que não aceita retrocessos e nem direitos a menos (CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). “Projeto define objetivos de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/595574-projeto-define-objetivos-de-politicas-publicas-para-povos-e-comunidades-tradicionais/>. In: *Portal de Notícias da Câmara dos Deputados*, 07 out. 2019. Acesso em: 30 nov. 2019).

O PL segue tramitando. No entanto, na prática, com a omissão do Estado, ações de violência e desrespeito às comunidades caiçaras cresceram em 2019. No mês de julho, três casas de famílias caiçaras foram demolidas na Juréia, litoral sul paulista, sob argumento de que ocupavam uma área ilegal, já que residiam em terras demarcadas como da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI)¹⁷. Em Ubatumirim, há alguns meses jagunços armados vêm ameaçando moradores pedindo a expulsão destes de suas terras¹⁸.

Em Picinguaba, o caso mais recente é a tentativa de privatização da Ilha dos Couves¹⁹, liderada por órgãos ambientais da prefeitura de Ubatuba, em parceria com o PESM e com um trade turístico. A ilha fica próxima à comunidade caiçara de Picinguaba, que não foi consultada sobre o projeto e nem chamada para reunião entre os três parceiros, descumprindo a necessidade

16 A saber: Valmir Assunção (PT/BA), Nilto Tatto (PT/SP), Erika Kokay (PT/DF), Áurea Carolina (PSOL/MG), Talíria Petrone (PSOL/RJ), Joenia Wapichana (REDE/RR), entre outros.

17 Cf. “Moradias caiçaras são demolidas em área de preservação no litoral de SP”. In: *GI Notícias*, 04 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/07/04/moradias-caicaras-sao-demolidas-em-area-de-preservacao-no-litoral-de-sp.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2019.

18 Cf. “Jagunços armados aterrorizam famílias caiçaras no Ubatumirim”. In: *Tamoios News*, 09 out. 2019. Disponível em: <https://www.tamoiosnews.com.br/seguranca-publica/jaguncos-armados-terrorizam-familias-caicaras-no-ubatumirim/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

19 CANCIAN, Vanessa. “Caiçaras da Picinguaba lutam por turismo de base comunitária para salvar Ilha das Couves”. In: *Preservar é resistir*, 29 out. 2019. Disponível em: <https://www.preservareresistir.org/single-post/2019/10/29/caicaras-lutam-pelo-tbc-ilha-das-couves>. Acesso em: 30 nov. 2019.

de consulta prévia, livre e informada, prevista pela Convenção 169 da OIT. A comunidade caiçara de Picinguaba já vem desenvolvendo um plano de Turismo de Base Comunitária para gestão da Ilha das Couves e muitos moradores estão desesperados com a possibilidade da privatização, pois, atualmente, dependem do turismo para sobreviver.

Neste cenário político adverso, sofrem também as políticas culturais que vinham amadurecendo ao longo das últimas décadas, órgãos como IPHAN estão passando por redirecionamentos. Porém, como vimos neste capítulo, sempre houve resistência e, no momento atual, em que caiçaras se encontram mais mobilizados e conscientes do valor de seu *modo de vida*, nota-se que a resistência em associações, coletivos, grupos de Fandango, corridas de canoa e organizações mais amplas têm uma base sólida para continuar resistindo.

Considerações finais

A Rio-Santos foi um corte, que além de dar passagem para a construção da rodovia, separou o *tempo de antigamente* do tempo de depois da estrada. É um acontecimento-trauma no *modo de vida caiçara*. Depois da Rio-Santos, a vida para as famílias locais da cidade de Ubatuba não foi mais a mesma. Para alguns, a mudança foi imediata, como acompanhamos na história de Dona Antônia, que tinha sua casa no traçado da estrada:

Quando a estrada passou, a gente tinha uma casinha que era ali onde é a estrada, eu morava com meu pai ali. Aí, quando a estrada passou, eles tiraram a gente dali da casa, quase derrubaram nossa casa, porque, quando eles tiraram nós, a terra estava derrubando a parede da casa. Aí tiram nós, passaram pra cá, fizeram uma casa de tábuas e a gente começou a viver nessa casa, só que eles não pagaram nada! Cortaram, escangalharam, **tiraram nossos anos de plantação, banana, laranja**, nós tínhamos muita plantação, tiraram tudo, acabaram com tudo e nós ficamos com essa casinha de tábuas ali (Antônia Santana, em entrevista no dia 28 de julho de 2019, grifo meu).

Para outros, as mudanças foram se apresentando com o tempo. A especulação imobiliária se intensificou e vieram os conflitos com empresários, advogados e jagunços. Uma nova realidade se fazia cada vez mais presente: uma massa de milhares de turistas passou a se deslocar para Ubatuba nas temporadas de verão e o modo de vida urbano ocidental passou a ser influente sobre as populações locais.

Além disso, com o aumento da ocupação da região e da escalada de interesses turísticos, foram determinadas áreas de Unidades de Conservação (UC). Essas áreas, como vimos no capítulo 2, não consideraram a relação entre as comunidades caiçaras e a natureza, obrigando algumas delas a se retirarem e restringindo muitos de seus costumes.

Imersas nesse novo contexto, as famílias caiçaras foram aos poucos digerindo as mudanças e ressignificando seu lugar no mundo e o modo como viam a sua própria cultura. O autorreconhecimento como caiçaras passou a ser, então, a afirmação de sua existência e de sua resistência no confronto com esses diversos agentes interessados em ocupar seus territórios.

Ao longo desta dissertação, pudemos mirar o passado com o olhar do presente, com auxílio dos entrevistados, no Capítulo 1, e lembrar os costumes do *tempo de antigamente*, o convívio mais próximo com os familiares e do trabalho na roça e na pesca, além das longas caminhadas. Já no Capítulo 2, foram retomadas as intenções político-econômicas envolvidas na construção da estrada em um período de ditadura militar, que iam desde interligar dois grandes portos do país a emplacar um projeto turístico inspirado em modelos franceses. Desse

modo, foi imprescindível contextualizar a Rio-Santos em um projeto mais amplo de modernização conservadora. Por fim, no Capítulo 3, foi apresentado um panorama da resistência caiçara em Ubatuba nas décadas de 1970 e 1980, e recontada a história do movimento *Trindadeiros* que, por sua força, tornou-se um dos mais memoráveis na luta da resistência caiçara contra os empresários e jagunços que passaram a amedrontar as famílias da região depois da Rio-Santos.

Essas problemáticas que se apresentaram às populações caiçaras com a chegada da estrada não eram exclusivas. Em um período de ditadura militar com projetos autoritários de desenvolvimento econômico e integração nacional, muitas outras comunidades Brasil adentro se perceberam ameaçadas por grandes empreendimentos e por áreas ambientalmente protegidas que, se por um lado ajudaram a conter a especulação imobiliária e a preservar a biodiversidade, por outro, coibiram os modos de vida das populações locais, que passaram a ser chamadas de comunidades tradicionais.

No balaio dos povos tradicionais estão caiçaras, ribeirinhos, quebradeiras de coco de babaçu, pescadores artesanais e muitos outros. Com o amadurecimento do debate envolvendo essas populações, houve um avanço na legislação nacional e internacional, mas que, infelizmente, em momentos de afrouxamento da atenção do governo para essas questões, ficam enfraquecidas e seguem sendo desrespeitadas por grupos como madeireiros, empresários, entre outros.

É possível ser otimista quando, em nível local, observa-se a ação de muitos coletivos caiçaras, associações de pescadores, moradores e outras derivações, que movimentam muitas pessoas na conscientização da valorização do *modo de vida caiçara*. Na região do litoral Norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro é notável a ação do Fórum de Comunidade Tradicionais, que aproxima as comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras das cidades de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

Ao longo das últimas décadas do século XX, e, sobretudo, no início do século XXI, configurou-se, então, uma identidade caiçara com elementos característicos definidos e que celebra sua sobrevivência nos bailes de fandango e nas corridas de canoa, prática que podia ser espontânea no *tempo de antigamente*, mas que na atualidade tem se tornado organizada e muito comum nas cidades litorâneas de São Paulo. O autorreconhecimento como caiçaras trouxe para eles autoestima e um lugar firmado nas dinâmicas sociais, além de criar novos espaços para dar vazão aos ensinamentos de toda a sua ancestralidade.

Referências bibliográficas

- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. In: *Revista de Antropologia*, vol. 43, n. 1, São Paulo, 2000.
- ALVARENGA, F. S.; BECKER, J. H.; GIFFONI, B. B.; Macedo, S.; ALMEIDA, B. A. D. L.; WERNECK, M. R.; BRONDÍZIO, L. S.; OTTONI, G. F.; TAVARES, R. I. S.; BRITTO, M. de K. 1 ; DAMÁSIO, L. de M. A.; GALLO, B. M. G. “Caracterização dos cercos flutuantes em Ubatuba – Litoral Norte de São Paulo”. In: *V Simpósio Brasileiro de Oceanografia – Oceanografia e Políticas Plicas*, Santos, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/52619185-Characterizacao-dos-cercos-flutuantes-em-ubatuba-litoral-norte-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- CHASTAN, Lita. *São Paulo – litoral norte em dados: Turismo na costa do ouro*. São Paulo: Editora do Escritor, 1976.
- CUNHA, Manuela Carneiro; ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa. “Populações Indígenas, povos tradicionais e preservação na Amazônia”. In: CAPOBIANCO, João Paulo R. et al (orgs.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira. avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *A pesca em Ubatuba: estudo socioeconômico*. São Paulo: SUDELPA/Governo do Estado de São Paulo, 1974.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DIEGUES, Antônio Carlos. “A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização”. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *Enciclopédia caiçara* (vol. I): o olhar do pesquisador. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-CEC/USP, 2004.
- DOMINGUES, José Maurício. “A dialética da modernização conservadora e a nova História do Brasil”. In: *Dados*, vol. 45, n. 3, 2002, p. 459-482.
- FEITOSA, Annagese; SILVA, Iby Montenegro de. “Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo et al. *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* [Relatório Final]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.
- FORTES, Paulo. “Falares caiçaras”. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *Enciclopédia caiçara* (vol. II). São Paulo: Hucitec/NUPAUB:CEC/USP, 2005.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. “A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970”. In: BARTHOO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L. (orgs.). *Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 81-109.

GRABNER, Maria Luiza. “Os caiçaras e as unidades de conservação de proteção integral: convergência entre os direitos fundamentais das comunidades tradicionais e a conservação ambiental”. In: NETO, Paulo Stanich (org.). *Direitos das comunidades tradicionais caiçaras*. São Paulo: Editora Café com Lei, 2016.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população: estudos de demografia histórica e da História Social de Ubatuba*. São Paulo: CEDHAL, 1986 (Coleção Raízes).

MARCÍLIO, Maria Luiza. “Caiçara. Terra e população: estudo de demografia histórica e da História Social de Ubatuba”. In: *Enciclopédia caiçara: história e memória caiçara*. [S.l.: s.n.], 2005.

MEDEIROS, Leonilde Servolo et al. *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* [Relatório Final]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1983.

OLIVEIRA, Washington de. *Ubatuba – Documentário*. São Paulo: Editora do escritor, 1977.

PIMENTEL, Alexandre de Oliveira. “A emergência da territorialidade e o processo de ressignificação caiçara: diálogos com a América Latina”. In: *XII Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)*, 2009.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. “O termo ‘modernização conservadora’: sua origem e utilização no Brasil”. In: *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 40, n. 3, jul. 2009.

SANTOS, Peter Németh. *Glossário caiçara de Ubatuba: pequeno vocabulário de palavras e locuções que compõem o falar do povo caiçara do litoral norte de São Paulo*. São Paulo: All Print Editora, 2010.

SECKENDORFF, R.W.; AZEVEDO, V.G.; MARTINS, J.K. “Sobre a técnica construtiva da arte de pesca de cerco-flutuante no litoral norte de São Paulo”. In: *Série Relatórios Técnicos*, São Paulo, n. 40, 2009.

SETTI, Kilza. *Ubatuba nos cantos das praias*. Estudo do caiçara paulista e de sua produção musical. São Paulo: Ática, 1985.

SILVA, Iby Montenegro de. “Turismo, ação empresarial e conflitos por terra no litoral sul fluminense”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo – A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

SILVA, Luiz Geraldo. “Da terra ao mar: por uma etnografia histórica do mundo caiçara”. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *Enciclopédia caiçara* (vol. I): o olhar do pesquisador. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-CEC/USP, 2004.

SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos caiçaras*. São Paulo: MassaoOhno – Ismael Guarnelli Editores, 1984.

Fontes

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Tribuna de Iguape, nov. 1929.

LIMA, Fernando Cirne. “Terra é preservada, para melhor utilização”. In: *O Estado de São Paulo*, 17 ago. 1972.

“Genocídio caiçara uma denúncia de Priscila Siqueira”. In: *Jornal da Terra*, maio 1984.

“Trabalhadores rurais do Litoral Norte fundam sindicato”. In: *Jornal da Terra*, set. 1984.

“Ubatuba sem SUDELPA”. In: *ECO Ubatubense*, mar. 1987.

Biblioteca Nacional

“Rio-Santos: A estrada do futuro”. In: *O Empreiteiro*, jun. 1972.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (Brasil). *Os transportes no Brasil – planejamento e execução*. Brasília: Ministério dos Transportes, 1972.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (Brasil). *Os transportes no Brasil – planejamento e execução*. Brasília: Ministério dos Transportes, 1973.

EMBRATUR. *Turis: desenvolvimento turístico do litoral Rio-Santos*. Brasília: Embratur, 1975.

CEDIC – PUC/SP

Coleção “Movimentos Sociais e luta pela terra”. Arquivo doado pela Professora Vera Chaia.

LACERDA, Carlos. “Algo mais que turismo na Rio-Santos”. In: *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1972.

REBELLO, Gilson. “Promessa destes homens: lutar”. In: *Jornal da Tarde*, 30 abr. 1979.

“Algumas famílias já estão arrumando suas coisas para deixar Trindade. Outras, porém, afirmam: querem resistir até a morte”. In: *Jornal da Tarde*, 07 ago. 1979.

“Lacradas as casas de Trindade”. In: *Folha de S. Paulo*, 08 ago. 1979.

“Trindade já não tem posseiros”. In: *Folha de S. Paulo*, 09 ago. 1979.

“Da choupana à caverna”. In: *Folha de S. Paulo*, 15 ago. 1979.

PIRES, Cecília. “Advogado denuncia a nova dona de Trindade”. In: *Folha de S. Paulo*, 31 jul. 1981. Recorte disponível no CEDIC – PUC/SP.

PIRES, Cecília. “Em Trindade, até ex-ministro já enfrentou ameaça”. In: *Folha de S. Paulo*, 01 ago. 1981. Recorte disponível no CEDIC – PUC/SP.

PIRES, Cecília. “Trindadeiros podem ganhar terras”. In: *Folha de S. Paulo*, 27 set. 1981.

Documentos on-line

CONSTITUIÇÃO (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). “Decreto nº 68.172, de 4 de fevereiro de 1971. Cria o Parque Nacional da Serra da Bocaina e dá outras providências”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68172-4-fevereiro-1971-410080-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 nov. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). “Decreto nº 70.986, de 16 de agosto de 1972. Declara zonas prioritárias, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, para fins de reforma agrária, e dá outras providências”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70986-16-agosto-1972-419208-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 nov. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). “Decreto nº 71.791, de 31 de janeiro de 1973. Dispõe sobre zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo e dá outras providências”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71791-31-janeiro-1973-421651-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 nov. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). “Projeto define objetivos de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/595574-projeto-define-objetivos-de-politicas-publicas-para-povos-e-comunidades-tradicionais/>. In: *Portal de Notícias da Câmara dos Deputados*, 07 out. 2019. Acesso em: 30 nov. 2019.

CANCIAN, Vanessa. “Caiçaras da Picinguaba lutam por turismo de base comunitária para salvar Ilha das Couves”. In: *Preservar é resistir*, 29 out. 2019. Disponível em: <https://www.preservareresistir.org/single-post/2019/10/29/caicaras-lutam-pelo-tbc-ilha-das-couves>. Acesso em: 30 nov. 2019.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. “Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Volume II – Textos temáticos – Texto 5 – *Violações dos direitos humanos dos povos indígenas*. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%205.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

“Encontro da Rede Caiçara de Cultura 2013”. Portal Silo Cultural. Disponível em: <http://silocultural.blogspot.com/2013/07/encontro-da-rede-caicara-de-cultura-2013.html>. Acesso em: 30 nov. 2019.

IPHAN. “Fandango Caiçara”. Portal do IPHAN/Patrimônio Imaterial/Bens Registrados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/83/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

“Jagunços armados aterrorizam famílias caiçaras no Ubatumirim”. In: *Tamoios News*, 09 out. 2019. Disponível em: <https://www.tamoiosnews.com.br/seguranca-publica/jaguncos-armados-aterroizam-familias-caicaras-no-ubatumirim/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

“Jaison Caique Sampaio”. Perfil no Portal HRD Memorial. Disponível em: <https://hrdmemorial.org/pt/?hrdrecord=jaison-caique-sampaio>. Acesso em: 02 nov. 2019.

“Moradias caiçaras são demolidas em área de preservação no litoral de SP”. In: *G1 Notícias*, 04 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/07/04/moradias-caicaras-sao-demolidas-em-area-de-preservacao-no-litoral-de-sp.ghhtml>. Acesso em: 30 nov. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei Nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 04 mar. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 30 nov. 2019.

Produções audiovisuais

A ESTRADA do sol. Brasília: Agência Nacional, 1972. Produto filmográfico disponível no Arquivo Nacional no Fundo da Agência Nacional. Série – Filmes. Código de Referência: BR RJANRIO EH.0.FIL, DCT. 36.

TRINDADEIROS – 30 anos depois. Direção de Davi Paiva e Silvio Delfim. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Zlx5sDwKK0>. Acesso em: 30 nov. 2019.

VENTO contra. Direção de Adriana Mattoso. São Paulo: Oca Cinematográfica, 1981 (37 min.).

Poesia

PEREQUÊ, Luís. Aves e Ervas. Disponível em: <http://luispereque.blogspot.com/2012/07/poemas-de-luis-pereque.html>. Acesso em: 22 nov. 2019.